



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A RELEVÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA AGENDA
INTERNACIONAL

A Água: factor potenciador de conflito na região do Médio Oriente?

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Ciência Política e Relações
Internacionais: Segurança e Defesa

por

Maria Rosalina de Sá Oliveira

Instituto de Estudos Políticos

Outubro de 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A RELEVÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA AGENDA
INTERNACIONAL

A Água: factor potenciador de conflito na região do Médio Oriente?

Tese apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciência Política e
Relações Internacionais: Segurança e Defesa

Por Maria Rosalina de Sá Oliveira

Sob orientação de Professor Doutor Francisco Proença Garcia

Instituto de Estudos Políticos

Outubro de 2012

Índice

Índice.....	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento teórico e relevância do tema	5
A gestão transfronteiriça dos recursos hídricos	5
Desenvolvimentos internacionais ao nível da água	8
Capítulo II – A problemática da escassez hídrica.....	14
Conceitos centrais: falta de água ou escassez.....	14
Lidar com o problema da escassez hídrica	16
A escassez e o potencial para o conflito.....	19
Capítulo III – A tríplice Água – Conflito – Cooperação.....	24
A água – um indicador de conflito ou um potencial factor de cooperação?	24
A água enquanto direito humano fundamental e motor do desenvolvimento humano....	29
Capítulo IV – O papel da água nos conflitos actuais na região do Médio Oriente.....	35
Introdução.....	35
A água enquanto variável no conflito israelo-palestiniano	36
A partilha/disputa na bacia hidrográfica do rio Jordão	36
Principais aspectos das negociações hídricas entre Israel e a Palestina	41
O papel da água na resolução do conflito.....	44
Acordo hídrico entre Israel e a Jordânia no âmbito do tratado de paz.....	46
A questão dos direitos hídricos e as disputas entre Telavive e Damasco	51
Paz entre a Síria e Israel	51
A importância estratégica (hídrica) dos Montes Golã.....	53
Conclusões.....	58
Bibliografia.....	61

Agradecimentos

Reconhecendo as dificuldades que a realização desta dissertação comportaram para mim e também para todos aqueles com quem privei no decorrer deste processo de investigação, gostaria de, em primeiro lugar, agradecer a Deus pela manifestação dos Seus dons e pela inspiração que acabou por me transmitir. No mesmo patamar, gostaria de agradecer também ao meu marido, o Hugo, a pessoa mais importante da minha vida, que desde o primeiro momento me apoiou em todas as decisões relacionadas com este trabalho. Agradeço ainda aos meus queridos e maravilhosos pais, Isabel e António, e irmã, Soraia, das pessoas mais importantes e presentes na minha vida, a quem agradeço toda a insistência e perseverança que me impuseram ao longo deste projecto profissional. Obrigada por nunca deixarem que este projecto findasse sem que a sua meta fosse atingida! E a toda a minha família, que sempre me apoiou também e me ouviu quando foi necessário, ainda que apenas para falar do nada para chegar a alguma conclusão que seria tudo. A todos os meus amigos que, de uma forma ou de outra, acompanharam o percurso de investigação e elaboração desta dissertação, obrigada pela força e incentivo que me deram e continuam a dar!

Agradeço ainda à minha entidade patronal que facilitou a elaboração deste trabalho através da flexibilidade de horário que me possibilitou, tornando possível a dedicação a este projecto.

Agradeço muito ao meu orientador, o Professor Doutor Francisco Proença Garcia, que desde o primeiro minuto aceitou o meu projecto, acreditando nele e que poderia chegar ao fim. Toda a paciência e ajuda profissional que me facultou no decorrer deste trabalho eu agradeço de coração reconhecido e de espírito confortado. Obrigada por ter insistido nos detalhes, que fazem sempre a diferença.

O meu muito obrigado ao Instituto de Estudos Políticos que também acolheu o meu projecto desde o início e disponibilizou os recursos humanos necessários ao apoio deste trabalho. Obrigada a toda a equipa que sempre esteve disponível para qualquer esclarecimento e qualquer dúvida suscitada nesta caminhada.

Resumo

O tema da água e da sua possível relação, por um lado com os níveis de conflitualidade entre os Estados e, por outro, com o potencial desenvolvimento de laços de cooperação entre, e dentro dos próprios, Estados, foi o tema central deste trabalho de investigação. Pretendeu-se, pois, reflectir sobre a hipotética relação entre a escassez dos recursos hídricos e o potencial que existe, quer para o conflito, quer para a cooperação, antevendo-se que ambas as assumções são válidas.

Assim, no primeiro capítulo faz-se um enquadramento geral da problemática e da sua reflexão do ponto de vista internacional para, no segundo capítulo elaborar-se algumas ideias sobre a problemática da escassez, identificada como um motor que poderá contribuir para um potencial incremento ao nível da partilha e gestão dos recursos hídricos. A tríplice água-conflito-cooperação é um dos temas centrais deste trabalho, o qual é explorado no capítulo terceiro, dando-se particular destaque para a importância do reconhecimento da água enquanto um direito humano fundamental. No capítulo quarto tentamos elaborar uma melhor compreensão sobre o tema da conflitualidade na região do Médio Oriente, esboçando-se uma panorâmica geral sobre esta problemática para, no capítulo quinto, se reflectir sobre o papel da água (lato senso, dos recursos hídricos) em alguns dos principais conflitos eclodidos no Médio Oriente, designadamente o conflito israelo-palestiniano, o acordo hídrico entre Israel e a Jordânia e as disputas entre Israel e Síria tendo como base a disputa dos recursos hídricos.

Face ao exposto, procuramos demonstrar que reflectir sobre a problemática dos recursos hídricos e, por conseguinte, da sua escassez, torna-se imperioso para melhor compreender umas das facetas da eclosão de conflitos, particularmente na região do Médio Oriente.

Abstract

In the current international context water issues assume an important role for the human lives, particularly because we are now living in an even more complex world where the threats to human life come from various factors. Water resources are a relevant component for peace and it is important to think about its possible connection with the different levels of conflict between states, or within the states. Also, it is very important to think about water as potential factor for the development of cooperative ties between, and within, states.

In the context of this investigation work it was considered the hypothetical relationship between the scarcity of water resources and the potential that exists for either conflict or cooperation, anticipating that both assumptions are valid. Thus, in the first chapter it was briefly explained the general problem which conducted this investigation from international standpoint. In the second chapter we tried to draw up some ideas on the problem of scarcity, identified as an engine that could contribute to a potential increase in level of sharing and managing water resources. Furthermore, the connection between water, conflict and cooperation, which is a central topic on this work, is explored in chapter three, giving particular emphasis to the importance of recognizing water as a fundamental human right. Chapter four tries to present a better understanding on the issue of conflict in the Middle East region, starting from drawing up an overview of the problem. So, in chapter five, we reflect on the role of water, understood as water resources, and we continue to present some examples of conflicts in the Middle East, including the Israeli-Palestinian water agreement between Israel and Jordan and the disputes between Israel and Syria based on the competition for water resources.

With this work we try to demonstrate that it is important to reflect on the problem of water resources and its scarcity and to understand how it can be a cause for conflict, on one side, and a potential to develop ways of cooperation between states, on the other side, particularly in a dangerous region as it is the Middle East.

Introdução

A recente evolução económica e ambiental tem revelado a existência de uma crescente competição pelo acesso e pela utilização dos recursos hídricos, mormente a água potável, facto que, associado ao forte crescimento da população mundial, aos elevados índices de industrialização e a potenciais alterações climáticas, tem vindo a contribuir para acentuar os níveis de stress a que os recursos hídricos estão sujeitos.

O presente trabalho de investigação nasceu da necessidade de reflectir sobre duas questões, aos olhos do autor fundamentais, relacionadas com a segurança e com o papel dos próprios recursos hídricos, a saber:

- Serão os recursos hídricos potenciadores de diferentes níveis de conflito, quer entre os Estados, quer dentro de um Estado?;

- Ou, pelo contrário, poderão constituir-se enquanto um motor capaz de fomentar a cooperação entre os actores envolvidos?

No âmbito desta dissertação, e associado às questões acima apresentadas, o autor procurou centrar-se na região do Médio Oriente, tendo consciência que muitos mais casos poderiam ser alvo de estudo e análise aprofundada.

Assim, da conjugação dos pressupostos supra nasceu a questão de partida deste trabalho:

- Pergunta de partida: Poderá a água¹ constituir-se o motor de alguns dos conflitos que eclodiram na região do Médio Oriente no passado, os quais ainda apresentam visíveis repercussões no presente devido ao peso do factor histórico da região?

Tal questão levantou as seguintes questões derivadas:

- Serão os recursos hídricos indirectamente responsáveis pela regionalização dos conflitos no Médio Oriente devido, por exemplo, à existência de bacias hidrográficas partilhadas por um número elevado de Estados?

- Ou, pelo contrário, poderão os recursos hídricos tornar-se um catalisador dos conflitos e potenciar a cooperação entre os Estados da região e até mesmo dentro do próprio Estado?

- O que poderá suceder, particularmente na região do Médio Oriente, caso a escassez se torne ainda mais uma realidade presente na região? De que forma é que a

¹ Ao longo desta investigação, assume-se que sempre que se fala em água está a falar-se em recursos hídricos.

escassez dos recursos hídricos, associada ao rápido crescimento da população mundial, poderá transformar-se num factor de conflito?

- Do ponto de vista internacional, de que forma é que a Comunidade Internacional pode funcionar enquanto factor atenuador de conflitos e potenciador de cooperação? O que é que tem sido feito no sentido de desenvolver esforços de cooperação ao nível da partilha e gestão dos recursos hídricos, quer ao nível regional, quer na esfera internacional? Haverá real vontade por parte dos actores internacionais, e mesmo regionais, em desenvolver acções que, do ponto de vista hídrico, funcionem como catalisadores de potenciais disputas e/ou conflitos regionais? Estarão os próprios Estados dispostos a incrementar a cooperação entre si? Estarão dispostos a abdicar de alguns direitos territoriais, por exemplo, em prol do desenvolvimento de uma boa política de vizinhança e de cooperação ao nível da gestão dos recursos hídricos?

Estas questões suscitaram, da parte do autor, algumas hipóteses que orientaram a presente investigação e que acabaram por denunciar algumas das principais dificuldades que existem, quer ao nível nacional, quer ao nível da própria Comunidade Internacional:

- Hipótese 1: A água pode, por um lado, ser a causa, ainda que indirecta, de alguns conflitos que eclodiram na região do Médio Oriente e, por outro, pode tornar-se um factor responsável pela cooperação entre os Estados e dentro dos mesmos;

- Hipótese 2: Os recursos hídricos, enquanto assumidos como condição para a satisfação de um direito humano fundamental, poderão actuar enquanto catalisadores de guerras e conflitos de baixa intensidade entre os Estados;

- Hipótese 3: O stress hídrico é uma realidade presente na região do Médio Oriente. Associado a outros factores, a falta de água poderá contribuir para o desencadeamento de potenciais conflitos entre Estados vizinhos e até dentro dos próprios Estados naquela região.

Assim sendo, se, por um lado, se assume que a água pôde ter estado na origem de algumas dissensões e desentendimento entre alguns Estados da região do Médio Oriente, por outro, terá também de se ter em consideração que a água pode funcionar como fonte de cooperação e levar ao desenvolvimento de acções concertadas entre Estados vizinhos.

A problemática da escassez dos recursos hídricos evidencia a importância de reflectirmos sobre a relação entre essa escassez, e a falta de água, e o conceito de stress hídrico. A esta problemática da escassez deverá associar-se a questão da cooperação versus competição pelo acesso e posse dos recursos hídricos, os quais, sendo cada vez mais

escassos e partilhados por um número crescente de pessoas, colocam o problema da gestão e partilha no âmago da actual discussão/debate.

No contexto desta investigação procuramos evidenciar que, não obstante a sua importância, a água é um recurso crítico, mas imprescindível, que está associado a actividades socioeconómicas variadas, estando a tornar-se um recurso cada vez mais escasso e ambientalmente degradado.

Paralelamente, o acelerado ritmo do crescimento da população mundial está também a colocar vários desafios aos próprios Estados: se, por um lado, associado a este crescimento poderá estar uma volátil e comprometida situação socioeconómica dos países, por outro, deste problema decorre uma possível incapacidade de os Governos e também das infra-estruturas em suportarem aquele ritmo de crescimento, colocando o problema da escassez hídrica no topo da agenda internacional, o qual vem sendo alvo de sucessivas reflexões ao nível internacional/multilateral em várias conferências.

Por conseguinte, a análise da importância dos recursos hídricos, não só para fins de sobrevivência física do ser humano, mas também para a sobrevivência socioeconómica mundial, não pode ser dissociada de outros indicadores, tais como os de índole social, política, económica e ambientais, devidamente enquadrados num contexto regional, os quais, em última instância, poderão efectivamente indicar a probabilidade para o conflito, quer ao nível interno, quer mesmo entre Estados individuais.

Assim, não é possível, através de um indicador ou de um conjunto de indicadores, determinar com completa precisão e confiança a propensão para a eclosão de um conflito.

Numa região instável como o Médio Oriente esta propensão para o conflito acaba por revelar ser uma situação com elevado grau de probabilidade, muito embora a existência de mecanismos/dinâmicas regionais para servir como factor potencial catalisador/isolador desses conflitos, na medida em que as dinâmicas de estabilidade/instabilidade regionais ditam o próprio equilíbrio da região.

Assim, o ex-Vice-Presidente do Banco Mundial, Ismail Serageldin, em 1995², afirmou que assim como as guerras do século XX tinham sido sobre petróleo, as guerras do século XXI seriam sobre água. Tal afirmação acabou por marcar as discussões futuras sobre a água. Neste âmbito, as previsões sobre o impacto das alterações climáticas na disponibilidade e distribuição dos recursos hídricos têm contribuído para exacerbar esta

² Serageldin, Ismail (1999) "Of water wars". *Frontline*, Vol 16, Issue 9. Consultado em 17 de Janeiro de 2012, <http://www.frontlineonnet.com/fl1609/16090890.htm> .

expectativa, vislumbrando-se um mundo caracterizado por guerras de sobrevivência pelo controlo e acesso à água.

Capítulo I – Enquadramento teórico e relevância do tema

1. A gestão transfronteiriça dos recursos hídricos

Ao longo dos anos, têm sido desenvolvidas várias acções internacionais que visam a reflexão sobre a problemática da escassez dos recursos hídricos e das potenciais implicações para a própria Comunidade Internacional, designadamente ao nível regional. O foco do presente trabalho é a região do Médio Oriente.

Torna-se, assim, imperioso reflectir sobre a forma, por um lado, como são geridos os recursos hídricos ao nível regional e internacional e, por outro, como reagem os Estados à problemática da escassez daqueles recursos e, concomitantemente, ao rápido crescimento da população mundial.

Estarão os Estados preparados para gerir, ao nível transfronteiriço, a partilha da água, de forma a potenciar um real entendimento relativamente à posse e acesso a estes recursos?

Giordano e Wolf (2003) sugerem que na segunda metade do século XX, o tema da gestão dos recursos hídricos, designadamente a água doce/água potável, começou a captar, de forma mais acentuada, a atenção da Comunidade Internacional³. Múltiplos foram os factores que despertaram esta atenção e levaram ao desenvolvimento de acções que tornassem a vida daqueles recursos mais sustentada. Estamos a falar de factores tais como a falta de acesso a água própria para consumo, abastecimento e saneamento da população mundial, necessidades conflituosas, depleção/desgaste dos recursos hídricos do subsolo e a degradação dos reservatórios hídricos mundiais.

Torna-se, pois, necessário, segundo estes autores, apostar numa implementação de uma gestão integrada dos recursos hídricos. Por um lado, compreender e gerir os sistemas naturais complexos e, por outro, as disparidades entre os Estados ribeirinhos poderão constituir obstáculos à definição de um quadro comum de gestão integrada. A ausência de

³ Giordano e Wolf reconhecem os desafios crescentes que a gestão dos recursos hídricos, cada vez mais escassos, devido a inúmeros factores, colocam à Comunidade Internacional, sendo necessário, segundo aqueles autores, incrementar uma política de gestão integrada dos mesmos (Giordano e Wolf, 2003. "Sharing Waters: Post-Rio international water management". Págs. 163-166). Factores como a inacessibilidade a água potável própria para consumo, a ausência de condições sanitárias por parte da população de países em vias de desenvolvimento, associados a outras factores como a degradação da qualidade das reservas de água existentes e a sua conseqüente escassez, colocam desafios e, concomitantemente, ameaças potenciais à ordem internacional, tornando, pois, premente a acção dos actores governamentais. A defesa de uma gestão integrada dos recursos hídricos, apesar de revelar-se complexa, poderá constituir uma possível solução para atenuar os efeitos do problema. A ausência de coordenação sobre a distribuição dos recursos partilhados poderá estimular o conflito entre Estados, sendo, por isso, necessário apostar na cooperação entre Estados ribeirinhos.

coordenação sobre o abastecimento partilhado da água que pode estimular os conflitos inter-Estados é outro factor que levou a Comunidade Internacional a tomar medidas para promover uma cooperação entre os Estados ribeirinhos⁴.

Em Janeiro de 1992 realizou-se em Dublin uma conferência internacional sobre a água e o ambiente, que preparou caminho para a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre ambiente e desenvolvimento no Rio de Janeiro, também realizada em 1992. Esta conferência acabou por estabelecer uma série de instituições destinadas a reflectir sobre a gestão dos próprios recursos hídricos. No mesmo contexto, e de forma complementar, a Assembleia-Geral da ONU adoptou a convenção sobre a lei da utilização dos cursos de água internacionais para fins de não navegação, em 1997, tratando-se de um importante mecanismo de protecção dos próprios recursos hídricos.

É neste quadro de protecção que urge reflectir sobre o facto da população e as elevadas pressões do desenvolvimento estarem a colocar constrangimentos crescentes ao abastecimento de água ao nível mundial, segundo dados do Banco Mundial. Assim, o crescimento da população mundial causou, na última década, a redução de cerca de 80% da disponibilidade de água *per capita*⁵.

Por conseguinte, uma vez que a procura deste recurso não tem parado de aumentar e, paralelamente, também a escassez do mesmo tem apresentado níveis cada vez mais elevados, poderá verificar-se uma tendência para aumentar a competição, quer do ponto de vista da qualidade, quer da quantidade, ao nível da partilha e do abastecimento da água.

Trata-se de uma situação que poderá originar tensões entre os vários utilizadores e, no médio prazo, provocar níveis diferenciados de conflito e/ou desentendimento. A este propósito, salienta-se que em situações nas quais os recursos hídricos são partilhados por

⁴ Estados que partilham a mesma bacia hidrográfica.

⁵ De acordo com os mesmos dados, sabe-se que a região do Norte de África e do Médio Oriente é a região que apresenta os níveis de escassez hídrica mais elevados do mundo, facto que, por um lado, poderá potenciar conflitos graves entre os Estados, ou dentro dos mesmos, e, por outro, poderá abrir espaço para a prossecução de acções que tornem a escassez dos recursos hídricos um factor de cooperação na região. Refira-se também que se ao nível mundial a disponibilidade de água por pessoa é de aproximadamente 7 000 m³ ao ano, na região do Norte de África e do Médio Oriente é de apenas 1 200 m³, fazendo com que metade da população desta região viva em condição de stress hídrico acentuada. A agravar a situação, as previsões de que o crescimento da população mundial passe de 300 milhões em 2012 para 500 milhões em 2025, colocam ainda mais em evidência a urgência da situação, tratando-se, pois de uma situação que coloca em risco o próprio desenvolvimento. Porém, cumpre ainda destacar que uma parte significativa destes problemas hídricos é provocada pelo uso indevido, e abusivo, daquele recurso, sendo que, segundo os mesmos dados, cerca de 80% de toda a água disponível na região é usada, tornando inviável a coordenação deste recurso com as permanentes exigências de uma população que não pára de crescer. Daí justificar-se a necessidade de estabelecer organismos que coordenem, por via de mecanismos eficazes, a utilização que se deverá fazer dos recursos hídricos no sentido de evitar um agravamento potencial da situação de escassez e ajustar a utilização com as reais necessidades.

World Bank (2012). Página consultada em Fevereiro de 2012, <http://web.worldbank.org/WEBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/MENAEXT/>.

mais do que um país ou Estado, o potencial para o conflito poderá apresentar-se mais elevado, não sendo, todavia, necessário que o mesmo ocorra.

A este respeito, refira-se, a título demonstrativo, que a região do Médio Oriente é um local particularmente vulnerável, na medida em que é caracterizado, em traços gerais, pela elevada propensão para a manifestação de conflitos. Trata-se de uma região com condições climáticas adversas e, concomitantemente, apresenta uma forte tendência para a eclosão de tensões de cariz político e securitário (veja-se os casos de Israel e os Territórios Palestinos ou, mais recentemente, a Síria).

Assim, particularmente a partir do final da década de 90 do século XX, reflexões sobre a água passaram a integrar o topo da agenda política internacional, tornando-se em uma preocupação com carácter global. Tal poderá estar relacionado com o facto de, segundo os mesmos autores (Girdano e Wolf, 2003), ter aumentado o número de bacias hidrográficas na esfera internacional, estimando-se, segundo dados disponíveis da ONU, que em 2002 existiriam 263 bacias internacionais, resultado de uma internacionalização das bacias nacionais por via de alterações políticas ou de uma melhor afectação dos recursos e da tecnologia disponíveis.

Dos 145 países que partilham os cursos de água internacionais, 21 localizam-se em barreiras hidrológicas de uma ou mais bacias internacionais, sendo que 33 países terão mais de 95% do seu território localizado numa ou mais bacias internacionais. Tal situação demonstra ainda a potencial precariedade de muitas dessas bacias hidrográficas (um terço das 263 bacias internacionais é partilhado por mais de dois países, enquanto 19 bacias envolvem cinco ou mais Estados soberanos).

No tocante ao papel da Comunidade Internacional, cumpre referir que os benefícios da gestão cooperativa, ou partilhada, dos recursos hídricos disponíveis poderão constituir-se um instrumento fundamental na definição, por exemplo, de princípios de utilização daqueles recursos. Poderá ser um meio de minimizar os efeitos que a escassez hídrica tem produzido. Assim, o enfoque da Comunidade Internacional tem incidido sobre o desenvolvimento institucional dos cursos de água internacionais, bem como o incremento dos princípios básicos que consubstanciam a ideia de gestão cooperativa/partilhada/integrada dos recursos hídricos.

A Declaração de Madrid sobre a Regulação Internacional relativamente à utilização dos cursos de água internacionais para outros fins que não a navegação, de 1911, contribuiu para definir determinados princípios básicos da gestão partilhada da água, na

qual se recomenda que os Estados co-ribeirinhos estabeleçam comissões conjuntas e permanentes. Este documento acaba por desencorajar quaisquer modificações unilaterais das bacias hidrográficas de forma a evitar também alterações danosas dos próprios rios internacionais.

Com base nestes princípios, mais tarde, em 1966, foram desenvolvidas as conhecidas Regras de Helsínquia sobre a utilização das águas dos rios internacionais. Estas regras referem-se à utilização das águas dos rios internacionais e foram adoptadas em 1966 pela Associação de Direito Internacional na 52ª Conferência de Helsínquia. Tiveram um papel fundamental na formulação da regra da utilização equitativa e razoável das águas transfronteiriças, bem como para o desenvolvimento de regras de protecção das águas continentais, recursos naturais compartilhados. De acordo com estas regras, a bacia de drenagem internacional definia-se como “uma zona geográfica que se estende entre dois ou vários Estados e é determinada pelos limites da área de alimentação do sistema das águas, incluindo as águas de superfície e as águas subterrâneas, que escoem em uma embocadura comum”.

Desde então, a regulação sobre água doce conheceu uma certa maturação por via dos trabalhos desenvolvidos por estas duas convenções internacionais e também por via da própria ONU e outros órgãos governamentais e não governamentais.

2. Desenvolvimentos internacionais ao nível da água

A Cimeira da Terra de 1992, realizada no Rio de Janeiro, foi considerada um fórum mundial para os decisores políticos abordarem os problemas relacionados com o ambiente e com o desenvolvimento, na qual, entre outros, foi discutido o tema dos recursos hídricos ao nível mundial. Antes desta reunião, destaca-se que se realizou em Dublin uma reunião preparatória para a cimeira do Rio – a Conferência Internacional sobre Água e Ambiente, na qual estiveram representadas organizações governamentais e outras não governamentais⁶.

Daí resultou um documento – a declaração de Dublin – que continha recomendações que deveriam ser apresentadas na conferência do Rio de Janeiro, devendo transformar-se

⁶ A reunião de Dublin reconheceu a necessidade de reflectir sobre o problema da escassez e o da má utilização da água potável, factores que representam uma séria ameaça e um risco crescente ao desenvolvimento sustentável e à protecção do ambiente. Concomitantemente, colocam em perigo a saúde do ser humano, bem como a segurança alimentar, o desenvolvimento industrial e dos próprios ecossistemas. Assim, esta conferência, em jeito de preparação para a Conferência do Rio, apelou ao incremento de novas abordagens relativas à avaliação, ao desenvolvimento e à gestão dos recursos hídricos.

num efectivo plano de acção. No âmbito da declaração de Dublin⁷, é atribuída uma importância crescente à questão da gestão internacional das águas transfronteiriças, constituindo-se também um incentivo à tomada de mais atenção à criação e implementação de instituições de gestão integrada dos recursos hídricos.

Foi sublinhado, neste evento, que a existência destas instituições internacionais favorece a reconciliação e harmonização dos interesses dos Estados ribeirinhos, a monitorização da qualidade e da quantidade da água, o desenvolvimento de acções/programas concertados, a troca de informação e o reforço dos acordos existentes sobre a matéria.

Desta conferência resultou ainda a elaboração de um documento denominado “Agenda 21”, um plano de acção não vinculativo destinado a incrementar o estado dos recursos hídricos naturais no século XXI. Tratou-se de um plano que foi adoptado por todos os elementos participantes da Conferência da ONU sobre o Ambiente e Desenvolvimento (sigla anglo-saxónica: *United Nations Conference on Environment and Development* – UNCED, realizada no Rio de Janeiro em 1992).

Importa ainda referir que a Conferência do Rio potenciou a organização de um número significativo de actividades relacionadas com a gestão da água potável, com sérias implicações ao nível da gestão internacional das águas transfronteiriças. É neste contexto, e na sequência daquelas recomendações, que surge, por exemplo, o *World Water Council* (WWC)⁸, um *think tank* que se debruça sobre o estudo e acompanhamento de assuntos relacionados com a água, criado em 1996. O WWC organizou, desde então, seis *World Water Forum*⁹, nos quais participam, como já aventado, entidades governamentais e não governamentais e provenientes também do sector privado por forma a discutirem, e determinarem conjuntamente, visões estratégicas para a gestão dos recursos hídricos, tornando-os mais eficazes e atenuando o seu potencial de desentendimento entre os Estados.

⁷ Neste contexto, cumpre referir também que esta declaração contemplou quatro princípios fundamentais: o primeiro descreve a água potável como um recurso finito e vulnerável, essencial para a sustentação da vida, do desenvolvimento e do próprio ambiente; o segundo defende que o desenvolvimento e a gestão dos recursos hídricos deverão ser fundamentados por uma abordagem activa e deverá envolver os utilizadores, os gestores e os decisores; o terceiro contempla a necessidade de as mulheres desempenharem um papel central na provisão, na gestão e na protecção dos recursos hídricos; e o quarto percepção a água como um valor económico fundamental em todas as suas formas de utilização, devendo ser reconhecida como um bem económico.

⁸ World Water Forum (2012). Página consultada em Fevereiro de 2012, www.worldwaterforum.org.

⁹ Marraquexe (1997), Haia (2000), Quioto (2003), México (2006) e Istambul (2009). Em 2012 realizou-se em Marselha.

Em 1997, realizou-se o primeiro WWF em Marraquexe, no qual, à semelhança do que viria a suceder nos fora seguintes, deveriam ser abordados os principais assuntos relacionados com as principais preocupações globais relacionadas com os recursos hídricos. Deste fórum surgiu a necessidade de desenvolver uma visão de longo prazo subordinada ao tema “Água, Vida e Ambiente”, a qual deveria reflectir as crescentes preocupações mundiais relacionadas com a gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos disponíveis.

No mesmo sentido, em 2000, em Haia, realizou-se o segundo WWF, no qual procurou construir-se uma visão integrada sobre a água e sobre o futuro da acção internacional no tocante à gestão dos recursos por parte dos Estados, atendendo às suas capacidades de desenvolvimento, gestão e financiamento de modelos considerados mais adequados e conducentes à redução da pobreza e ao desenvolvimento cultural, económico e ambiental. Nesta reunião, foram identificadas as necessidades básicas ao nível hídrico, protecção dos ecossistemas, partilha dos recursos hídricos, gestão dos riscos e avaliação dos recursos hídricos de forma adequada sem colocar em causa as futuras gerações. Na Declaração Ministerial do Segundo WWF, realizado em Haia, em 2000, destaca-se o tópico “*Sharing Water*”, identificado como um dos sete objectivos necessários a alcançar a segurança dos recursos hídricos (segurança hídrica) no século XXI. Os outros objectivos incluem a satisfação das necessidades básicas, garantia o abastecimento de alimentos, protecção do ecossistema, gestão de tarefas, valorização da água e gestão dos recursos hídricos com sabedoria.

Em 2003 o WWF realizou-se em Quioto, seguindo a mesma orientação do fórum anterior, após a realização de outras reuniões internacionais que também se debruçaram sobre a discussão da problemática da escassez e necessidade de gestão dos recursos hídricos ao nível mundial¹⁰.

Em 2006, na Cidade do México, o quarto WWF prosseguiu com as reflexões dos fora anteriores, dando continuidade ao projecto de revitalização do debate relativo ao assuntos hídricos globais.

O mesmo sucedeu em 2009, no quinto WWF, realizado em Istambul, o qual acolheu o slogan “*Bridging Divides for Water*” para reflectir sobre as preocupações relativas à cooperação e competição tendo como base a água, no qual se concluiu que existem mais possibilidades de união do que de divisão relativamente à gestão dos recursos hídricos,

¹⁰ Refira-se a Cimeira do Milénio da ONU, em Nova Iorque (2000), a Conferência Internacional da Água Potável, em Bona (2001) e a Cimeira Mundial de Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo (2002).

muito embora fosse considerado que os factores que unem são ainda muito frágeis e necessitam de ser alvo de aprofundamento e maior reflexão entre todos os actores internacionais envolvido, por forma a reforçar os laços de união neste campo.

O último WWF foi realizado este ano (2012), em Marselha, tendo sido reconhecida, mais uma vez, a necessidade de satisfazer as necessidades básicas de milhares de seres humanos que ainda estão carenciados de água e aos quais deverão ser providenciados os direitos fundamentais à alimentação, à saúde, à educação e, acima de tudo, à água, por forma a pôr fim à sua situação de pobreza. Crescentemente, foi reconhecido que a natureza política que adquiriu a questão da gestão dos recursos hídricos torna premente a reflexão sobre os assuntos globais relacionados com os recursos hídricos e a sua situação de escassez, obrigando, assim, os diferentes actores a desenvolverem um esforço no sentido de adoptar e implementar mais e melhores medidas que favoreçam a cooperação entre todos no tocante aos recursos hídricos.

Estas reuniões levaram também à criação da *World Water Vision*, documento que consiste numa declaração prospectiva das necessidades filosóficas e institucionais da gestão da água. Paralelamente, trata-se de um documento que potenciou a criação, coordenação e implementação de agências, tais como a Comissão Mundial sobre a Água para o século XXI (<http://www.worldwatercouncil.org/>).

Já em 2002 realizou-se, em Joanesburgo, na África do Sul, uma nova Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que possibilitou a consolidação das iniciativas globais sobre os recursos hídricos realizadas até à data.

Através destas reuniões, a Comunidade Internacional tem reforçado o seu compromisso em satisfazer as necessidades da população mundial no que concerne à qualidade e quantidade de água, bem como também tentou identificar algumas medidas necessárias à prossecução dos seus objectivos, de forma a minimizar o potencial de conflito.

Identificadas como vertentes fundamentais da gestão internacional dos recursos hídricos estão a participação de todas as partes interessadas e o melhoramento da monitorização e avaliação dos sistemas.

Todavia, realça-se que apesar dos esforços desenvolvidos, e do ênfase na necessidade de ser desenvolvida a capacidade institucional no âmbito destes recursos, não existem instituições supranacionais capazes de gerir recursos transfronteiriços ao nível global.

A par da Comunidade Internacional em si, também os Estados ribeirinhos começaram a desenvolver uma ampla história de tratados relativamente à gestão de cursos de água partilhados, por forma a tornar mais efectiva a sua gestão. Cumpre referir que as

instituições desenvolvidas por Estados co-ribeirinhos apresentaram uma capacidade para se centrarem em condições ao nível das bacias hidrográficas.

A história de tratados internacionais sobre assuntos relacionados com a água datam dos tempos de 2500 a. C., quando duas cidades-estado sumérias, Lagash e Umma, elaboraram um acordo sobre o rio Tigre, terminando, assim, a única guerra hídrica da História, segundo alguns autores¹¹.

Apesar do crescente número de tratados e de convenções internacionais, a revisão destes textos revela alguma falta de robustez, em virtude, por exemplo, da problemática das alocações hídricas, a área mais conflituosa entre dois Estados co-ribeirinhos, as quais raramente se encontram definidas nos textos sobre os recursos hídricos. Paralelamente, provisões sobre a qualidade da água e os mecanismos de cumprimento/execução parecem estar ausentes daqueles textos, dificultando a sua aceitação generalizada.

Pelo lado positivo, contudo, destaca-se a inclusão em tratados e em convenções internacionais relativas aos recursos hídricos de cláusulas relacionadas com a partilha de informação e à monitorização e resolução de potenciais conflitos.

Fazendo uma descrição baseada na análise das relações internacionais sobre a água e no próprio desenvolvimento institucional, é possível fazer algumas assumpções sobre o papel das instituições e a questão dos conflitos hídricos, sendo de realçar que:

- o recorde histórico de conflito e de cooperação com base nos recursos hídricos sugere que enquanto os cursos de água internacionais podem provocar tensões entre dois Estados co-ribeirinhos, situações de violência extrema são a excepção e não a regra;

- o declínio gradual ao nível da quantidade ou da qualidade da água, ou ambos, afecta a estabilidade interna de uma nação ou de uma região, que por sua vez poderá provocar um impacto significativo na esfera internacional;

- a coordenação entre Estados ribeirinhos poderá servir para aperfeiçoar estas causas de fricção.

Contudo, existem sempre áreas onde a Comunidade Internacional¹² poderá actuar, tomando mais atenção a necessidades institucionais mais específicas de bacias

¹¹ Giordano e Wolf (2003). "Sharing Waters: Post-Rio international water management". *Natural Resources Forum* 27, pág. 168. Consultado em Dezembro de 2011.

http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/narf_051_Giordano.pdf.

¹² Relativamente aos assuntos relacionados com a procura, gestão e incremento dos recursos hídricos, é importante referir que existem sempre diversos actores envolvidos, os quais procuram dar resposta às suas necessidades individuais. Todavia, o debate internacional relativo aos assuntos hídricos tem procurado responder de forma eficaz às necessidades dos Estado e, por conseguinte, dos próprios indivíduos, sem no entanto colocar em risco o equilíbrio interno de Estados terceiros e, de forma mais lata, o próprio desenvolvimento das gerações vindouras. Assim, ao nível nacional e internacional, os Governos e as organizações internacionais têm procurado monitorizar o estado dos recursos hídricos de forma a evitar o

hidrográficas individuais, auxiliando os Estados ribeirinhos no incremento de uma rede de gestão cooperativa que tenha em consideração:

- uma estrutura de gestão adaptável;
- critérios claros e flexíveis para alocações hídricas e para a gestão da qualidade da água;
- uma distribuição equitativa dos benefícios;
- mecanismos concretos que reforcem a aplicação das provisões dos tratados;
- mecanismos detalhados relativos à resolução de conflitos.

É possível, pois, que nos próximos anos, tal como já vem sucedendo, se intensifique a competição ao nível do abastecimento mundial de recursos hídricos, tornando as estruturas institucionais factores importantes no sentido de evitar e atenuar potenciais conflitos transfronteiriços causados pela água (ou, em muitos casos, pela falta dela).

Todavia, apesar de se terem registado alguns progressos ao nível desta temática, ainda é possível verificar que existem algumas vulnerabilidades, uma vez que muitas bacias hidrográficas internacionais ainda carecem de uma estrutura de gestão cooperativa.

incremento de disputas entre os numerosos actores (Estados e regiões). Por via de várias comissões e agências especializadas das Nações Unidas têm sido debatidas as principais questões relativas aos recursos hídricos e, inevitavelmente, questões derivadas dos mesmos, através, por exemplo, o Programa para o Ambiente, a Organização Mundial de Saúde, o Programa de Desenvolvimento, a Organização para a Educação, Ciência e Cultura, entre outros organismos que se debruçam sobre estas questões do ponto de vista internacional. Outras instituições como o Banco Mundial estão também envolvidas na promoção dos Objectivos do Milénio, no qual está incluído o direito ao acesso à água como condição fundamental da humanidade (SIMONSON, Karin (2003). "The Global Water Crisis: NGO and civil society perspectives". Pág.20-23).

Capítulo II – A problemática da escassez

1. Conceitos centrais: falta de água ou escassez?

Existe um número considerável de problemas relacionados quer com a falta de água, quer com a escassez.

A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) da ONU considera a água uma restrição severa ao nível do desenvolvimento socioeconómico e da protecção ambiental quando os níveis de disponibilidade de água renovável interna são inferiores a 1 000 m³/capita¹³.

Em níveis de disponibilidade de água inferiores a 2000 m³/capita, a água é considerada uma limitação potencialmente grave e um problema considerável, particularmente em anos de seca¹⁴. Assim, a escassez de água fornece uma medida da sensibilidade de uma determinada situação de seca. Por isso, em situações em que a disponibilidade média de água *per capita* é baixa, até mesmo as pequenas variações poderão tornar comunidades inteiras incapazes de lidar com e criar condições de verdadeiros desastres¹⁵.

Tal como já referido anteriormente, o conceito de escassez de água é um conceito relativo, tratando-se, em parte, de uma "construção social", na medida em que é determinado quer pela disponibilidade de água, quer por padrões de consumo. Devido ao elevado número de factores que influenciam tanto a disponibilidade como o consumo, a determinação da escassez de água vai variar muito de país para país e, dentro do mesmo país, de região para região.

Considerando o conceito de escassez de água uma “construção social” e, paralelamente, uma questão de percepção política e económica, poderá ser mais útil descrever a problemática da escassez de água como uma complementaridade entre a disponibilidade e procura ao nível das quais o stress hídrico ocorre, ao invés de um número

¹³ Wolf, A. T., Yoffe, S. B., and Giordano, M. (2003). "International waters: identifying basins at risk". *Water Policy*, 5: 29-60. Consultado em Dezembro de 2011. http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/Wolf_et_al_Water_Policy_BAR.pdf.

¹⁴ Os hidrologistas (peritos em questões relacionadas com os recursos hídricos) assumem que uma determinada região se encontra em situação de escassez através da equação população/água. Assim, e de acordo com a ONU, numa área em stress hídrico a quantidade de água disponível por pessoa encontra-se abaixo dos 1700 m³ por ano. Quando esta quantidade é inferior a 1000 m³, então a população enfrenta a situação de escassez, enquanto que abaixo de 500 m³ é uma situação de absoluta escassez (<http://www.un.org/waterforlifedecade/scarcity.shtml>).

¹⁵ African Water (2003), "Water scarcity". Página consultada em Janeiro de 2012, http://www.africanwater.org/drought_water_scarcity.htm.

per capita, tornando, assim, a determinação da escassez um fenómeno mais qualitativo do que quantitativo¹⁶.

Existe uma preocupação crescente ao nível mundial no que concerne à situação de “stress hídrico”, sendo de destacar que quando a quantidade disponível de água se encontra abaixo dos 1000 m³, os países encontram-se sob uma situação de perigo de stress hídrico, o que significa que a falta de água torna-se uma restrição severa ao nível da produção alimentar, do desenvolvimento económico e da protecção dos ecossistemas naturais. A este respeito, refira-se que a ONU estima que o crescimento da população mundial a um ritmo acelerado poderá favorecer e acentuar o problema da escassez, uma vez que a quantidade de água disponível começa a ser inversamente proporcional ao aumento da população dos países.

Neste âmbito, é relevante identificar algumas das principais causas, pelo menos das mais imediatas, da escassez da água¹⁷, as quais têm vindo a preocupar a sociedade de uma forma geral e os próprios Estados¹⁸:

- o crescimento da população mundial¹⁹;
- a produção alimentar²⁰;
- as alterações climáticas, sua consequente variação e utilização do solo/terra²¹;
- a própria qualidade da água e a sua procura²²;

¹⁶ A ONU define escassez como sendo o ponto no qual o impacto total de todos os utilizadores colide com o fornecimento ou a qualidade da água sob acordos/arranjos internacionais, na medida em que a procura por todos os sectores, incluindo o meio ambiente, não pode ser satisfeito de forma completa. Como a escassez é considerada um conceito relativo, ela pode também ser uma construção social ou a consequência de padrões alterados de abastecimento (decorrentes, por exemplo, das alterações climáticas). Esta definição é uma tradução livre a definição disponibilizada pela ONU (<http://www.un.org/waterforlifedecade/scarcity.shtml>).

¹⁷ Existem várias dimensões relativamente ao conceito de escassez de água, sendo de ter em consideração as seguintes: escassez em termos de disponibilidade de água de qualidade que respeite as necessidades da procura; escassez ao nível do acesso à água; escassez devido à ausência de infraestruturas justificada por estrangulamentos financeiros. Tais dimensões evidenciam a complexidade do conceito de escassez e tornam ainda mais premente a necessidade de prosseguir com o debate sobre a crise dos recursos hídricos ao nível global.

¹⁸ African Water (2003), “Water scarcity”. Página consultada em Janeiro de 2012, http://www.africanwater.org/drought_water_scarcity.htm.

¹⁹ O forte crescimento da população mundial, associado ao facto de a quantidade de água disponível não acompanhar a taxa desse crescimento, sugere que um número crescente de regiões do mundo terão cada vez mais dificuldades em garantir o abastecimento hídrico das suas populações. O crescimento demográfico e o desenvolvimento económico estão a colocar cada vez mais pressão sobre a necessidade de renovação dos próprios recursos hídricos, que são finitos, sobretudo em regiões áridas, como é a do Médio Oriente. Estima-se, pois, que em 2025, aproximadamente 1800 milhões de pessoas deverão viver em países e/ou regiões de absoluta escassez hídrica (http://www.fao.org/nr/water/topics_scarcity.html).

²⁰ Ao nível da produção alimentar, como a população mundial está a aumentar a um ritmo acelerado, também aumentam as necessidades de consumo, logo, ao nível da produção alimentar torna-se necessário utilizar maiores quantidades de água por forma a responder às crescentes necessidades humanas.

²¹ O acelerado aumento das temperaturas provoca a alteração das estações e, por conseguinte, poderá levar à alteração da quantidade de água das chuvas, que por sua vez aumenta a escassez hídrica e diminui a produtividade das terras.

²² Estritamente relacionada com as alterações climáticas, a qualidade da água sofre também alterações significativas, as quais estão ainda associadas à má utilização que se faz da terra/solo, devido à forte

- a capacidade institucional e de profissionalização sectorial²³;
- situações de pobreza e eventual insuficiente política económica²⁴;
- a legislação e a gestão dos recursos hídricos²⁵;
- as próprias realidades políticas particulares; e, entre outras,
- os aspectos sociológicos.

Tratam-se de factores que podem contribuir para a ineficácia dos recursos hídricos e, de forma mais ampla, adensam o problema crescente de stress hídrico de determinadas regiões do mundo, particularmente África e Médio Oriente.

2. Lidar com o problema da escassez hídrica

Actualmente é possível identificar três grandes desafios à formulação de políticas que permitam gerir a problemática da escassez hídrica: 1) gerir conflitos, 2) fazer mais uso da mesma quantidade de água e 3) fazer melhor uso da disponibilidade de água. Mais se refere que lidar com a escassez hídrica torna também imperioso: 1) gerir a competição da procura de água por parte de vários sectores sociais e grupos da população por forma a conseguir uma distribuição equitativa daquele recurso; 2) facilitar as alterações tecnológicas necessárias a uma maior eficiência ao nível da utilização da água; e 3) facilitar as alterações socioeconómicas por forma a conseguir alcançar uma melhor eficiência alocativa, isto é, ao nível da distribuição dos recursos hídricos²⁶.

poluição a que estão sujeitos. Daqui decorre a necessidade de proceder à construção de infra-estruturas adequadas à gestão e tratamento das águas dos solos
(<http://www.saiguru.net/english/news/030812water.htm>).

²³ Decorrente da causa anterior resulta a necessidade de existir instituições que se constituam instrumentos válidos de regulação e gestão dos próprios recursos hídricos. Neste âmbito, cumpre referir que a principal causa da crise hídrica que caracteriza o mundo é a má gestão governamental no tocante à disponibilização de estruturas adequadas ao tratamento da água e, por conseguinte, à protecção dos recursos hídricos. Tal situação tornou clara a necessidade de reflectir sobre o facto de não se tratar de um problema de disponibilidade/quantidade de água disponível, capaz de satisfazer as necessidade humanas básicas, mas sim um problema de gestão com efeitos nefastos sobre o ser humano e sobre o próprio meio ambiente.
(<http://suite101.com/article/causes-of-water-crisis-its-effects-and-how-to-solve-the-problem-a313786>).

²⁴ Uma situação identificada no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2006) é a constatação de que os pobres pagam mais. Indivíduos de países em vias de desenvolvimento pagam cinco a dez vezes mais a unidade de água estabelecida como necessária do que indivíduos em países desenvolvidos. No tocante à política económica dos recursos hídricos, tem sido assumido que o problema da escassez poderá criar valor, daí que possam estar em curso, de forma crescente, a privatização do acesso à água, levando as empresas a encarar a água como necessidade em vez de um direito (caso a água seja oficialmente reconhecida como um direito universal, os governos serão responsáveis pela garantia do acesso à água para todas as pessoas sem qualquer fim lucrativo).

²⁵ Neste contexto, refira-se que para as pessoas mais carenciadas, o problema da escassez não se trata apenas de um problema de seca ou de cheias, mas trata-se sim da garantia do acesso seguro e equitativo aos recursos hídricos, por forma a garantir a sobrevivência. Neste âmbito, a gestão da problemática da escassez passará pela existência de instituições transparentes que funcionem de forma justa e garantam decisões justa relativas à gestão daqueles recursos.

²⁶ Ao nível da adequação de políticas de gestão dos recursos hídricos, é urgente ter em consideração que aqueles recursos, sendo cada vez mais escassos, devem ser distribuídos de forma equitativa, no sentido de a

O debate actual tem estado centrado, fundamentalmente, na distribuição equitativa da água e na promoção de uma maior eficiência na utilização final do recurso.

Propensão para existência de conflitos intra-Estados

Segundo a teoria da escassez de recursos naturais, particularmente da água e dos recursos renováveis, existe um risco acentuado ao nível da propensão para a eclosão de conflitos dentro dos países, e não tanto entre países/Estados. De acordo com os pressupostos desta teoria, são de ter em atenção variáveis como o crescimento da população, expectativas de desenvolvimento frustradas ou a ausência de capacidade de adaptação para gerir a diminuição, *per capita*, de alocações de rendimentos e de recursos renováveis. Para tal, é necessário incrementar a capacidade de efectuar alterações institucionais significativas e adequadas às novas exigências e às novas realidades, nomeadamente ao nível da regulação administrativa e da intervenção governamental.

Por conseguinte, o desafio de um eventual processo de mudança, sem criar novas fontes de conflito que ameacem a capacidade de adaptação exigida, é significativo e permanece ainda alvo de uma necessária análise.

Em termos naturais, parece claro que a água é o factor mais crítico relacionado com a seca e, muito embora a falta de água seja considerada a causa primária da seca, há um número significativo de factores que exacerbam e intensificam os efeitos da falta de água.

Se esses factores, muitos dos quais têm pouco a ver com água *per se*, forem geridos de forma adequada, as consequências da falta de água poderão ser consideravelmente reduzidas. Por esta razão, uma política de gestão de seca e, em sentido lato, da escassez dos próprios recursos hídricos, deverá ter em consideração inúmeros factores/condicionantes, designadamente as taxas de crescimento da população por país e a sua concentração nas bacias hidrográficas, permitindo um acesso equitativo aos recursos hídricos. É também necessário ter em atenção as necessidades mais prementes de cada país, deslocalizando os recursos para os fins mais urgentes e que satisfaçam as populações e acalmem, assim, a crescente procura daqueles recursos possibilitando a convivência pacífica, quer dentro do estado, quer entre países vizinhos e que partilham os recursos hídricos.

mesma quantidade de água disponível poder ser mais e melhor utilizada pelo consumidor (Estado ou indivíduo). Gerir as exigências hídricas da procura acaba por ser um dos principais objectivos dos formuladores de políticas hídricas, na medida em que essas exigências tendem a ser cada vez mais crescentes, em virtude do aumento da população mundial e, concomitantemente, devido às elevadas expectativas da procura.

O termo " escassez " é comumente definido como uma situação em que não há água suficiente para satisfazer as necessidades consideradas normais. Contudo, trata-se de uma definição que terá pouca utilidade para os decisores políticos. É por isso imperioso reconhecer a existência de vários graus de escassez, por forma a determinar a real dimensão que o problema da falta de água poderá colocar em termos mundiais, a saber: escassez absoluta²⁷, escassez que ameaça a vida²⁸, escassez sazonal, escassez temporária, escassez cíclica²⁹, entre outras.

Neste âmbito, cumpre também reconhecer que as necessidades das próprias populações não são exactamente as mesmas. Assim, populações com níveis mais elevados de consumo poderão estar sujeitas a um nível de escassez temporária mais intensa do que outras sociedades acostumadas a utilizar menos quantidades de água. Refira-se, porém, que o problema da escassez dos recursos hídricos tem, na sua essência, origem em tendências socioeconómicas, mais do que propriamente com necessidades básicas.

Na sequência da análise desta problemática, cumpre distinguir quatro conceitos fundamentais:

- *Faltas de água (water shortages)*: é descrita como sendo uma insuficiência absoluta, em que os níveis de água disponíveis não são suficientes para satisfazer as necessidades mínimas, sendo que a quantidade mínima necessária de água por pessoa varia consoante o local/região.

- *Escassez de água*: este é um conceito mais relativo que descreve a relação entre a procura de água e a sua disponibilidade. Assim, a procura poderá variar consideravelmente entre diferentes países e, dentro do mesmo país, entre diferentes regiões, dependendo da utilização sectorial que se faz da água. Assim, um país com uma elevada procura/necessidade industrial ou que depende de irrigação em grande escala será mais propenso a experimentar momentos mais intensos de escassez do que um país com condições climáticas semelhantes sem essas exigências.

- *Stress hídrico*: é o resultado sintomático da escassez que se pode manifestar no aumento de conflitos sobre o uso sectorial, um declínio nos níveis de serviço, baixa colheita,

²⁷ Este tipo de escassez ocorre devido à ausência de recursos, por um lado, e de políticas efectivas que permitam o acesso à água, ainda que de forma partilhada com outro estado, por exemplo.

²⁸ Trata-se de um tipo de escassez que, devido a períodos prolongados e associada a outras características dos Estados (designadamente se se encontram em situações de conflito, por exemplo), dificultam a sobrevivência do ser humano e das próprias espécies.

²⁹ Os tipos de escassez sazonal, temporária e cíclica podem ser entendidas como sinónimos, em virtude de se tratar de situações em que, por motivos de ordem ambiental ou natural (por exemplo, secas acentuadas e recorrentes), a falta de água é frequente e já é, de certa forma, esperada devido às condições naturais propícias à eclosão de tais situações, as quais estão fora do controlo de qualquer entidade que pretenda regular e normalizar o acesso aos recursos hídricos.

insegurança alimentar, entre outras causas. Este termo poderá comumente ser conhecido/análogo ao termo "seca".

- *Segurança hídrica*: trata-se de uma situação de acesso seguro e confiável à água ao longo do tempo. Não se compara tanto à quantidade constante da oferta como à previsibilidade, permitindo a adopção de medidas em tempos de escassez por forma a evitar o stress hídrico³⁰.

3. A escassez e o potencial para o conflito

A temática dos potenciais conflitos que têm como principal causa os recursos hídricos foi especialmente aprofundada após a era da Guerra Fria e relacionou-se estritamente com as alterações ao nível do conceito de segurança³¹. Escassez hídrica e conflito são duas realidades concomitantes, mas não obrigatórias. Uma das questões que desde então começou a ser analisada foi a de saber se a próxima guerra no Médio Oriente será travada tendo como origem os recursos hídricos. A este respeito, é importante referir que a teoria divide-se entre aqueles que afirmam que sim e aqueles que negam o facto de a água, *per se*, ser o móbil de conflitos entre Estados daquela região³². Neste momento, cumpre

³⁰ No âmbito da presente tese e na distinção de uma possível escala de medição/consideração da escassez hídrica foram utilizados os conceitos definidos por Len Abrams, disponíveis no endereço http://www.africanwater.org/drought_water_scarcity.htm, cujo conteúdo original lê-se:

“Water shortage is used to describe an absolute shortage where levels of available water do not meet certain defined minimum requirements. The actual quantity that determines a per capita minimum may differ from place to place.

Water scarcity is a more relative concept describing the relationship between demand for water and its availability. The demands may vary considerably between different countries and different regions within a given country depending on the sectoral usage of water. A country with a high industrial demand or which depends on large scale irrigation will therefore be more likely to experience times of scarcity than a country with similar climatic conditions without such demands. Countries such as Rwanda, for example, would be classified by most standards as suffering water shortage but, because of low industrial and irrigation utilisation, would not be classified as water scarce.

Water stress is the symptomatic consequence of scarcity which may manifest itself as increasing conflict over sectoral usage, a decline in service levels, crop failure, food insecurity etc.. This term is analogous to the common use of the term "drought".

Water security is a situation of reliable and secure access to water over time. It does not equate to constant quantity of supply as much as predictability, which enables measures to be taken in times of scarcity to avoid stress”.

³¹ Ohlsson, Leif (1999). “Water Scarcity and Conflict”. Pág. 211. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

³² Segundo Joyce Starr (Starr, Joyce (1991), “Water Wars”. *Foreign Policy*, 82 (Spring): 17-36. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.ciesin.columbia.edu/docs/006-304/006-304.html>), a crise hídrica que tem vindo a caracterizar a região do Médio Oriente é uma questão de difícil compreensão. Assim, apesar de, na perspectiva do autor, ser evidente que a região em análise tem vindo a apresentar claros sinais de que se aproxima de perigosos níveis de escassez hídrica e, concomitantemente, de contaminação, os Governos ocidentais não prestaram suficiente atenção ao caso e não o evidenciaram enquanto uma prioridade estratégica fundamental. Trata-se de uma questão que levanta sérios problemas ao nível da segurança e que tem vindo a dividir alguns autores no tocante à propensão para o conflito tendo como base os recursos hídricos, designadamente na região do Médio Oriente. Neste sentido, enquanto Aaron Wolf acredita que não há conflitos tendo como base a própria água uma vez que ainda não houve registo de, segundo aquele autor,

destacar uma das questões derivadas que orientaram este relato, a saber: poderão eclodir guerras hídricas apenas entre Estados ou poderão as mesmas acontecer entre regiões do mesmo país? No mesmo sentido, torna-se também importante reflectir sobre o que é que poderá provocar os potenciais conflitos hídricos. Mais uma vez, a problemática da escassez assume um papel importante para tentar perceber qual a amplitude de um conflito que tenha na sua base a posse, o acesso e a própria gestão dos recursos hídricos³³.

Por definição, escassez hídrica implica a competição pelo recurso que se encontra numa posição de aquisição de valor económico crescente. Por sua vez, esta competição traz associada o potencial de conflito, quer ao nível internacional (inter-Estados), quer ao nível interno do próprio país (intra-Estado). Concomitantemente, importa também referir os problemas do lado da oferta e da procura, ressaltando que é na eficiência de uma gestão combinada e integrada de ambos que se poderá encontrar o equilíbrio hídrico, muito embora não seja uma tarefa fácil.

Neste contexto, a abordagem apresentada por Leif Ohlsson³⁴ centra-se, sobretudo, em quatro premissas essenciais:

1) a força motriz para a eclosão de conflitos entre Estados tendo como causa a água encontra-se nas tentativas de aumentar a oferta;

2) as tentativas de gerir a procura poderá aliviar aquela pressão sobre o aumento da oferta;

3) as forças motrizes para a eclosão de conflitos dentro do próprio país são as tentativas de aumentar a oferta de água, as quais resultam na competição entre diferentes sectores da sociedade e entre diferentes grupos da própria população; e

4) as tentativas de aumentar a oferta, por necessidade, serão substituídas pela regulação da procura.

A este propósito, refira-se que a exigência de novas práticas de gestão da procura dentro dos próprios países, devido à escassez crescente dos recursos hídricos, poderá aumentar a probabilidade de eclosão de conflitos.

de conflitos internacionais motivados pelos recursos hídricos, outros autores, como Thomas Homer-Dixon, acreditam que existe uma relação entre, por exemplo, o conceito de degradação ambiental ou escassez de recursos naturais e conflitos sociais, podendo, in extremis, motivar conflitos entre países causados pela escassez (Ohlsson, Leif. 1999. "Water Scarcity and Conflict". Pág. 229.).

³³ Starr, Joyce (1991), "Water Wars". *Foreign Policy*, 82 (Spring): 17-36. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.ciesin.columbia.edu/docs/006-304/006-304.html>

³⁴ Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 216-220. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

Do ponto de vista da escassez hídrica³⁵, urge reflectir sobre a forma como este fenómeno se desenvolverá no médio prazo (tendo como referência o ano de 2025, por exemplo), tendo em consideração cinco grandes tópicos:

1. Disponibilidade dos recursos hídricos

Tal como já aventado no âmbito deste trabalho, a assumpção básica de uma análise sobre a potencialidade de eclosão de conflitos tendo como causa a água é que se trata de um recurso escasso e, portanto, necessita ser bem gerido e distribuído, tendo em consideração a quantidade de água que está disponível, anualmente, ao nível de cada continente e das sociedades, e, paralelamente, que quantidade de água resta para eventuais necessidades futuras do lado da procura³⁶.

2. Utilização dos recursos hídricos por categoria/sector

No âmbito do uso dos recursos hídricos por categoria e/ou sector, Leif Ohlsson sugere a possibilidade de serem distinguidas três grandes categorias de utilização da água, designadamente I) retiradas ou abstracções (dos rios, por exemplo)³⁷, também conhecida pela procura ou uso de água, II) o consumo propriamente dito (água que é retirada de uma tal forma que não poderá ser reutilizável mais tarde)³⁸ e III) as próprias necessidades humanas, também conhecidas por “*in-stream purposes*”³⁹ (principalmente para manter os ecossistemas aquáticos ou preservação dos cursos de água enquanto rotas de transporte).

3. Potenciais fontes de aumento da oferta/abastecimento

Neste âmbito, destaca-se a quantidade de chuva que cai nos continentes e a dessalinização da água do mar (que representa cerca de 0.1% da utilização de água potável –

³⁵ A escassez, por definição, implica a diminuição de recursos e/ou a pressão do lado da oferta dos recursos hídricos devido ao aumento da procura.

³⁶ Ohlsson refere os trabalhos de Sandra Postel, Gretchen Daily e Paul Ehrlich, “Human appropriation of renewable fresh water”, *Science* 9 (1996). Neste trabalho, os autores reconhecem que a agricultura absorve grande parte da água disponível nos continentes (aproximadamente um quarto). Atendendo a que os recursos hídricos são cada vez mais escassos, a gestão da sua utilização é importante, por forma a evitar o agravamento da situação de escassez, sendo também necessário ter em consideração que as crescentes exigências socioeconómicas deste recurso, que por vezes poderão ser consideradas acima do necessário, tornam-no ainda mais vulnerável, particularmente quando se associa a crescente procura dos mesmos por parte da população mundial, tornando, assim, a sua disponibilidade cada vez mais ameaçada (Leif Ohlsson, “Water Scarcity and Conflict”, pág.213).

³⁷ Trata-se, Segundo o autor, da “procura de água” ou “utilização da água”. Ohlsson, Leif (1999). “Water Scarcity and Conflict”. Pág. 215. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

³⁸ Segundo o autor, a água para consume não pode ser reutilizada mais tarde. Ohlsson, Leif (1999). “Water Scarcity and Conflict”. Pág. 215. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

³⁹ Maioritariamente para manter o solo húmido e preservação dos ecossistemas aquáticos.

a água obtida através do processo de dessalinação poderá desempenhar um papel preponderante ao nível da indústria e doméstico)⁴⁰.

4. *Necessidades hídricas e procura*

Sobre este aspecto, cumpre referir que as necessidades de água para fins de utilização humana variam consoante o estilo de vida, a região e os níveis de desenvolvimento. Ao nível do ser humano, também as necessidades variam de acordo cada pessoa⁴¹.

5. Necessidade de gestão da procura e consequências

Quando o aumento da oferta de água já não representa uma opção exequível, daí poderá resultar, por um lado, uma dinâmica de competição entre diferentes sectores da sociedade e, por outro, a necessidade de regular a procura⁴².

Por conseguinte, tal situação poderá originar aquilo a que Leif Ohlsson chama o “aperto triplo da água” (“*triple squeeze on water*”⁴³):

1) pelo facto de ter sido um recurso de acesso livre/aberto, a água transformou-se em um bem de responsabilidade pública e, em certa medida, em um bem privado (um bem que até aqui estava disponível a toda a gente, sem custo, passou a ser um bem económico com um preço)⁴⁴;

2) verifica-se um aumento da competição entre diferentes sectores, devido ao crescimento dos sistemas urbanos (a água necessária ao abastecimento das cidades colide com as necessidades de abastecimento para fins agrícolas); e,

⁴⁰ Ohlsson, Leif (1999). “Water Scarcity and Conflict”. Pág. 216-218. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

⁴¹ Ohlsson, Leif (1999). “Water Scarcity and Conflict”. Pág. 218. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

⁴² Ohlsson, Leif (1999). “Water Scarcity and Conflict”. Pág. 219. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

⁴³ Segundo o autor, quando o aumento da oferta já não é uma opção exequível do ponto de vista das sociedades/social, a competição entre diferentes sectores de uma sociedade e a necessidade de regular a procura tornam-se novos elementos a ter em consideração. O desenvolvimento de uma tal competição é aquilo a que o autor chama “*triple squeeze on water*”.

⁴⁴ A água, outrora um bem considerado totalmente gratuito e de acesso livre, está a tornar-se um recurso cada vez mais escasso e, como tal, necessita ser regulado por forma a sua utilização por todos ser equilibrada e sensata, por forma a evitar o seu total esgotamento. Daí o autor falar na necessidade de, eventualmente, se taxar os recursos hídricos, tornando-os um bem económico, proporcionando, assim, a sua utilização responsável.

3) a poluição da água tornou-se um bem de preocupação pública, causando uma acentuada diminuição da acessibilidade àquele recurso.⁴⁵

Tendo em consideração estes cenários, o autor chama a atenção para a necessidade de encarar os recursos hídricos sob o ponto de vista da eficiência, por forma a regular a procura e/ou exigências deste recurso. A eficiência ao nível da utilização da água põe em evidência a necessidade de aumentar a quantidade de água disponível tendo em atenção a sua utilização final, isto é, o fim a que se destina, tendo para tal em consideração factores como o incremento de práticas de irrigação, o equilíbrio ao nível da utilização industrial, os sistemas urbanos de abastecimento e também na esfera doméstica.

Ohlsson chega inclusive a afirmar que, por forma a alcançar o objectivo da utilização eficiente deste recurso escasso, do ponto de vista societal poderá ser necessário implementar incentivos económicos⁴⁶ que refreiem o medo de utilização da água, colocando, assim, um preço sobre estes recursos. Esta é, do ponto de vista deste autor, uma alternativa que poderá colmatar as futuras falhas ao nível da distribuição e do abastecimento da água, mas que, também poderá colocar um potencial de conflito sobre as próprias sociedades, em virtude de se começar a taxar um bem que outrora fora acessível de forma completamente gratuita em termos económicos, representando ainda uma substancial alteração social.

Quando se passa de uma situação óptima de acesso gratuito à água para uma situação de pagamento do bem, existe sempre potencial para o conflito. Assim, ao longo dos anos, tem sobressaído uma maior atenção/preocupação internacional relativamente ao problema da escassez e às consequências sociais que o mesmo poderá acarretar, as quais poderão ser potenciadoras de conflito, quer ao nível internacional, quer dentro dos próprios Estados. Neste âmbito, cumpre ter em consideração que 1) os recursos hídricos encontram-se distribuídos de forma desigual relativamente, por um lado, à concentração da população e, por outro, ao crescimento rápido da procura decorrente das actividades económicas⁴⁷; 2)

⁴⁵ Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 220. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

⁴⁶ Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 220. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>. ("The main societal tool to implement measures of end-use efficiency is an economic incentive, i.e. putting a price on water.")

⁴⁷ Os recursos hídricos estão distribuídos de forma desigual quando comparados com os níveis de concentração da população e com as exigências que o incremento das actividades económicas tem vindo a exercer sobre a própria procura daqueles recursos. A crescente situação de escassez ao nível regional e local não poderá ser enfrentada tendo como base apenas medidas convencionais de regulação do abastecimento, uma vez que a oferta já se encontra tributada no limite, uma vez que existe um limite económico ao nível das infra-estruturas de grandes dimensões com capacidade de uma grande alcance de fornecimento (Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 223. Consultado em Dezembro de

comparado com outros sectores, a agricultura é aquele que absorve o número mais significativo de recursos hídricos, sendo que a disponibilidade de água é um factor determinante para o aumento da produção da actividade agrícola, podendo, em caso extremo, levar a restrições ao nível da produção alimentar⁴⁸; 3) a problemática da escassez deverá também ser entendida do ponto de vista das boas práticas de utilização da água e, por conseguinte, ter em atenção para que actividade económica é utilizada a água, por forma a tornar o conceito de eficiência hídrica uma realidade⁴⁹.

Capítulo III – A tríplice Água – Conflito – Cooperação

1. A água – um indicador de conflito ou um potencial factor de cooperação?

A água é considerada, crescentemente, um recurso cada vez mais escasso, pelo que existe alguma credibilidade na afirmação de que os recursos hídricos poderão ser factores potenciadores de conflito, sobretudo em região onde essa propensão é quase natural e pode ser, à partida, ainda mais acentuada, elevando, desta forma, as probabilidades de uma ocorrência de disputa entre países e até dentro do mesmo Estado e/ou país⁵⁰.

A que nível poderá vir a ocorrer uma tal situação de guerra é outra questão que se deverá ter em consideração nesta reflexão. Paralelamente, tentar-se-á mostrar ao longo do processo de investigação, que várias perguntas surgirão, designadamente se estamos perante um padrão caracterizado pela potencial eclosão de conflitos dentro de Estados ou entre Estados.

Tal questão decorre da constatação de que as poucas bacias hidrográficas mundiais se encontram circundadas por um número maior de países, tendo de sustentar o abastecimento

2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>).

⁴⁸ A agricultura é, de longe, o sector económico que, segundo Leif Ohlsson, consome as maiores quantidades de água, sendo que para o autor, a disponibilidade de água acaba por ser crescentemente identificada como um factor limitativo para o crescimento da produção agrícola, inibindo, ao mesmo tempo, a própria produção alimentar (Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 223. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>).

⁴⁹ Assim, segundo o autor, do ponto de vista de uma política da água, é imperioso incrementar o conceito de eficiência alocativa, o qual significará uma reestruturação económica considerável, em primeiro lugar ao nível do sector agrícola, considerado um dos que mais absorve quantidades de água mais elevadas, sobretudo em países considerados com dificuldades de escassez hídrica (Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 223. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>).

⁵⁰ A este respeito, refira-se que o risco de eclosão de conflitos, designadamente conflitos internacionais, tendo como base os recursos hídricos, estão sobretudo relacionados com as tentativas de aumentar a oferta/abastecimento de um recurso que é cada vez mais escasso, em virtude também do aumento da população mundial e das suas necessidades hídricas.

de Estados ribeirinhos e de Estados co-ribeirinhos. A este respeito, define-se um Estado ribeirinho como aquele que tem um acesso directo e quase privilegiado à bacia, sendo um estado co-ribeirinho um Estado que necessita passar pelo ribeirinho por forma a garantir as suas necessidades mínimas de abastecimento hídrico⁵¹.

Contudo, muito embora a água seja considerada um elemento estratégico a ter em consideração em vários conflitos e tensões particularmente na região do Médio Oriente, até ao momento, têm sido registados poucos conflitos intra-Estados provocados pela água (neste caso, pela sua escassez). Todavia, como a escassez de água está a atingir níveis considerados críticos, não poderá excluir-se a hipótese de, no futuro, poderem surgir alguns conflitos causados pela escassez de água.

O estado de conflito ou de cooperação que impende sobre os recursos hídricos transfronteiriços deverá ser enquadrada atendendo às dimensões políticas, ambientais e do desenvolvimento humano⁵². Concomitantemente, deverá ser mantida a ideia de que, tal como já aventado, não obstante o potencial para o conflito/guerra entre países tendo como base a disputa de recursos hídricos seja reduzido, sob uma perspectiva de cooperação também não é adquirido que os Estados apresentem propensão para cooperarem uns em favor dos outros quando estiver em causa a sua sobrevivência.

Neste contexto, reflecta-se sobre as palavras do antigo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, em 2002, segundo o qual “os problemas mundiais com base na água não precisam ser apenas fonte de conflito; eles podem ser catalisadores de cooperação... Se trabalharmos juntos, um futuro hídrico mais seguro e sustentável poderá ser nosso”.

Face ao que precede, uma das questões que mais têm preocupado os estudiosos dos assuntos relacionados com a água enquanto um factor importante no relacionamento entre dois ou mais Estados é a de saber se efectivamente há potencial para conflito ou para a cooperação.

Trata-se de saber se a água, *per se*, é um motor de conflito ou se há espaço para a cooperação internacional. A água, adquire, assim, um valor estratégico e de elevada

⁵¹ Wolf, Aaron T (2007). “Shared Waters: Conflict and Cooperation”. *Annual Review of Environment and Resources*, Vol. 32: 241-269. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/wolf_2007_shared_waters.pdf.

⁵² O conceito de desenvolvimento humano é bastante abrangente, tratando-se , fundamentalmente, de expandir as possibilidades de escolha do ser humano, indo para além do mero crescimento económico. Existem, pois, seis pilares básicos reconhecidos internacionalmente relacionados com o conceito de desenvolvimento humano, a saber: equidade, cooperação, estabilidade, produtividade, autonomia e segurança. “*Human development, as an approach, is concerned with what I take to be the basic development idea: namely, advancing the richness of human life, rather than the richness of the economy in which human beings live, which is only a part of it.*” (Prof. Amartya Sen, <http://hdr.undp.org/en/humandev/>).

importância ao nível das relações internacionais. Se, por um lado, aventamos a possibilidade deste recurso poder trazer sérios constrangimentos internacionais, por outro, e segundo vários trabalhos realizados por alguns dos mais entendidos nesta matéria, também é verdade que no meio de constrangimentos há também potencial para os países cooperarem entre si e evitarem a eclosão de conflitos⁵³.

Todavia, a este respeito, cumpre salientar que para muitos autores, que sugerem a possibilidade de a água poder originar problemas no relacionamento dos Estados, tais problemas são, muitas vezes, problemas identificados dentro do próprio Estado e não propriamente entre Estados.

A complexidade das dinâmicas de mapeamento das águas internacionais constitui um factor importante a ter em consideração no tratamento da problemática do conflito ou da cooperação, designadamente ao nível de relações co-ribeirinhas.

A título demonstrativo, refira-se o trabalho realizado em 2001, pela Universidade do Estado de Óregão, nos EUA⁵⁴, e que tem servido de referência a muitos autores que se têm debruçado sobre esta temática. Assim, foi seleccionado um total de 1831 interacções, quer de natureza cooperativa, quer conflituosa, entre dois ou mais Estados sobre a água nos últimos 50 anos. Deste estudo, cumpre destacar as seguintes assumpções/conclusões:

- Apesar do potencial existente para a disputa em bacias internacionais, o recorde de conflito por causa de recursos hídricos internacionais é ultrapassado pelo recorde da cooperação;
- Os Estados encontram muito mais razões para a cooperação do que para o conflito. Estados ribeirinhos cooperam sobre um número de assuntos mais significativo, designadamente gestão, quantidade, qualidade, infra-estruturas, hidropoder e desenvolvimento económico;

⁵³ A água está relacionada quer com conflito, quer com cooperação. Shira B. Toffe e Aaron T. Wolf referem, no seu trabalho "Water, Conflict and Co-operation: Geographical Perspectives (2007), que para alguns autores (Jerome Delli Priscoli) apesar da potencial relação entre a água e o conflito, existem mecanismos hídricos, tais como o incremento de sistemas de irrigação) que contribuem para o desenvolvimento de laços comunitários entre as sociedades, bem como para o desenvolvimento da própria civilização. Também Homer-Dixon reflectem sobre a relação entre o conflito internacional e a escassez hídrica, o crescimento da população mundial e a própria instabilidade política, identificando estes factores como potenciais motores de conflitos. Na perspectiva de Peter Gleick, a competição por recursos hídricos limitados levará a tensões políticas e até mesmo a guerra (Aaron T. Wolf, 2007).

⁵⁴ O principal propósito deste estudo foi identificar indicadores históricos relativos quer à conflitualidade, quer à cooperação do ponto de vista internacional tendo como base os recursos hídricos e, dentro desses indicadores tentou criar-se uma estrutura com capacidade de identificar e avaliar as principais bacias hidrográficas internacionais capazes de gerar relações de conflito e/ou de cooperação entre os Estados e dentro dos próprios Estados (Giordano e Wolf (2003). "Sharing waters: Post-Rio international water management". *Natural Resources Forum*. 27: 164-166. Consultado em Janeiro de 2012, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/narf_051_Giordano.pdf).

- A um nível menos grave, a água funciona, simultaneamente, como irritante e como unificador. Como irritante, a água pode transformar as boas relações em más e as más relações em relações ainda piores. Ameaças e disputas sobre a água tem-se intensificado entre Estados vizinhos com relações diferenciadas. Contudo, as águas internacionais, apesar da sua complexidade, também podem ser um factor unificador, particularmente em bacias onde as instituições são relativamente forte.

Refira-se que historicamente as disputas internacionais sobre a água têm-se resolvido, mesmo entre inimigos ferozes, sendo que os conflitos eclodem com mais frequência tendo como causa outros factores. Na ausência de instituições e na possibilidade de ocorrerem mudanças em algumas bacias hidrográficas, é também possível que aumente o potencial para o conflito⁵⁵.

A este respeito, refira-se que a presença de instituições poderá servir para tornar as tensões difusas, especialmente em bacias hidrográficas com um elevado número de projectos de infra-estruturas hídricas⁵⁶. Assim, bacias com densidades de barragens elevadas revela que relações co-ribeirinhas são significativamente mais cooperativas nessas bacias com tratados sobre a água estabelecidos do que em bacias similares mas sem tratados estabelecidos. Por conseguinte, a história das relações internacionais sobre a água sugere que a presença de instituições parece atenuar a propensão para o conflito⁵⁷.

No tocante a esta problemática do potencial de conflitos versus possibilidade de cooperação em torno dos recursos hídricos, tendo particular atenção à realidade identificada da escassez, cumpre referir que o risco para a eclosão de conflitos internacionais tendo como base os recursos hídricos está associado às tentativas para aumentar a oferta destes recursos⁵⁸.

⁵⁵ Giordano e Wolf (2003). "Sharing waters: Post-Rio international water management". *Natural Resources Forum*. 27: 165-166. Consultado em Janeiro de 2012, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/narf_051_Giordano.pdf.

⁵⁶ Giordano e Wolf (2003). "Sharing waters: Post-Rio international water management". *Natural Resources Forum*. 27: 166. Consultado em Janeiro de 2012, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/narf_051_Giordano.pdf.

Tais projectos poderão contemplar a construção de barragens que permitam a distribuição da água de forma equitativa e benéfica para os Estados que partilham as fronteiras ou até mesmo dentro do próprio Estado, entre regiões. Poderão ainda ser contempladas construções de canais que permitam a passagem da água para outros fins que não apenas o consumo, para ser utilizada em sistemas de irrigação, por exemplo, facilitando, assim, a produção agrícola.

⁵⁷ Giordano e Wolf (2003). "Sharing waters: Post-Rio international water management". *Natural Resources Forum*. 27: 166-167. Consultado em Janeiro de 2012, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/narf_051_Giordano.pdf.

⁵⁸ Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 223. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

Mais refere que as tentativas de gerir a procura interna significarão menos pressão sobre o recurso e tenderão a aliviar potenciais exigências conflitantes do mesmo. Neste quadro, a palavra de ordem é partilhar os recursos hídricos comuns, sendo que existe um potencial para problema devido à percepção que as partes têm sobre o que é um “jogo de soma nula” ao nível da gestão e da partilha destes recursos⁵⁹.

Associado a esta percepção encontra-se o dilema a montante e a jusante. Concretamente, quando a quantidade da retirada de água por parte de um Estado ribeirinho de um rio que é partilhado por mais Estados se aproxima do fim do fluxo do rio, quaisquer outras retiradas de água de um Estado a montante do rio significarão menos água disponível para os Estados localizados a jusante. Conflitos deste tipo ocorrem em várias partes do mundo, sendo que no âmbito desta dissertação dar-se-á particular atenção a alguns dos principais conflitos da região do Médio Oriente, os quais contribuem, ao longo deste trabalho, para identificar os recursos hídricos enquanto potenciais causas, ainda que indirectas, do conflito.

Segundo o apurado na recolha de informação, a potencialidade para a cooperação tem-se sobreposto à ameaça de conflitos, sendo de referir que, segundo muitos autores ainda não ocorreu uma verdadeira guerra causada pela água⁶⁰.

Do ponto de vista de uma teoria dos conflitos internacionais que têm como causa a água, a mesma defende que o risco de conflito internacional causado pela água deriva da contradição entre a crescente procura e as dificuldades de adaptação da gestão dessa procura, nas quais se deverá incluir alterações estruturais ao nível da utilização da água.

Assim, o risco é maior em países que se localizam em regiões mais áridas, com necessidades de procura acentuadas e com uma forte dependência externa relativamente aos recursos hídricos. Contudo, Ohlsson sintetiza o dilema do conflito versus cooperação no tocante aos recursos hídricos da seguinte forma: “a água é um gatilho para o conflito, mas é uma razão para promover a paz”⁶¹.

⁵⁹ Segundo Leif Ohlsson, e num contexto de possibilidade de aumentar a oferta dos recursos hídricos, existem formas de a (a oferta) aumentar, minimizando, por exemplo, as perdas ao nível da evaporação destes recursos, situação que ocorre logo após a água ser distribuída ao longo de uma grande área, particularmente em regiões cujas condições climáticas se apresentam áridas e as temperaturas demasiado elevadas. Todavia, a quantidade extra de água que poderá resultar de tentativas de aumento da oferta e/ou abastecimento em rios pode não ser assim tão significativa e, concomitantemente, só se conseguirá avaliar o grau de viabilidade e potencial de tais acções tendo em conta o nível de confiança que se estabeleça entre os Estados ribeirinhos. Para que todas as partes tirem “lucros” de uma melhor distribuição, é necessário que o jogo seja de “soma nula” e que ambas ganhem qualquer coisa ou percam qualquer coisa em igual forma. (Leif Ohlsson, “Water Scarcity and Conflict”, pág. 224-225)

⁶⁰ Transboundary Freshwater Dispute Database. Página consultada em Novembro de 2011, <http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/index.html>.

⁶¹ “The tendency therefore, even when water conflicts have been deemed an imminent risk, is to trade water for peace and structural change in water-use. The emerging consensus is well summarized as water is a

Contudo, não existe uma tendência para a eclosão de um conflito hídrico ao nível internacional, isto é, que envolva os Estados entre si, muito embora tal não seja de excluir a possibilidade de que venham a ocorrer conflitos desta natureza⁶².

Aaron Wolf identifica uma outra tendência, a qual sugere que a probabilidade para a violência aumenta na medida em que a dimensão/escala diminui. Por isso, mais do que ser a causa de um conflito, a degradação ambiental, por exemplo, poderá contribuir para aumentar o risco de instabilidade política ao nível interno de um país/Estado⁶³.

Porém, do ponto de vista analítico, urge ter presente que o risco para o conflito dentro do próprio Estado deverá ser observado sob dois prismas: por um lado, tendo em consideração os riscos decorrentes de tentativas de aumentar a oferta e, por outro, como resultado de necessárias alterações sociais/societais para regular a procura⁶⁴. Assim, do lado do aumento da oferta, tal risco advém do facto de a água ser um recurso cada vez mais escasso e, portanto, que comporta um elevado grau de competição entre os diferentes actores; do lado das alterações sociais que regulem ajudem a regular a procura, trata-se de um risco que é consequência de dificuldades de adaptação à situação de escassez natural dos próprios recursos. Ambos os casos colocam em evidência a relação que existe entre uma situação de degradação ambiental, e o conseqüente aumento da escassez hídrica, e o potencial que existe para a eclosão de conflitos sociais quando se trata de assegurar uma das necessidades mais básicas do ser humano, independentemente do efeito a que se destinam (aqueles recursos).

2. A água enquanto direito humano fundamental e motor do desenvolvimento humano

Milhões de seres humanos vivem actualmente com carências de acesso à água potável, própria para consumo, e muitos mais ainda vivem sem acesso adequado a sistemas de saneamento necessários à redução de doenças provocadas pelo mau tratamento da

trigger for conflict, but a reason for fostering peace"(Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 227. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.)

⁶² Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 227. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

⁶³ Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 227. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123> (citando Aaron Wolf).

⁶⁴ Ohlsson, Leif (1999). "Water Scarcity and Conflict". Pág. 228. Consultado em Dezembro de 2011, <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123>.

água⁶⁵. Muitas destas dificuldades relativas ao acesso à água por parte de milhares de pessoas devem-se, segundo Peter Gleick, à ausência e/ou falhanço da ajuda internacional, vontade dos países e ausência de organizações locais empenhados em desenvolver esforços para satisfazer as necessidades básicas daqueles seres humanos, causando, por conseguinte, fortes carências ao nível da saúde dos mesmos e sofrimento⁶⁶.

No quadro da assumpção de que a água é um direito humano fundamental, existem questões sobre as quais é importante reflectir, as quais estão relacionadas com o acesso aos recursos hídricos em condições próprias para garantir a sobre vivência humana.

A primeira questão centra-se em saber se existe efectivamente um direito humano à água. No seguimento desta questão surge a necessidade de saber se, a existir, quais são as vantagens e as implicações deste direito à água. Finalmente, a terceira questão refere-se às obrigações que as entidades estatais, governos regionais, organizações locais e internacionais e os próprios indivíduos têm no que concerne à satisfação de um tal direito.

A questão de a água ser um direito humano reconhecido universalmente, tal como o direito à vida, surge no seio de um debate complexo, ao qual é possível associar a temática que tem orientado este levantamento de dados, designadamente saber se os recursos hídricos se inscrevem num cenário de potenciais desestabilizadores da paz internacional, provocando conflitos quer entre Estados, quer dentro dos próprios Estados.

A paz internacional não é apenas ausência de guerra, devendo, pois, ser vista do ponto de vista da segurança internacional e para a qual concorrem factores como a segurança do meio ambiente na qual se incluem as questões relacionadas com os recursos hídricos. No âmbito do presente trabalho, o conceito de segurança internacional inclui a necessidade de preservação do meio ambiente e dos próprios recursos naturais, muitos dos quais, são cada vez mais escassos, por forma a preservar a própria convivência entre os Estados de acordo com a gestão que cada um faz sobre os recursos que possui e de que necessita. É neste contexto de necessidade de gestão dos recursos hídricos entre os diferentes actores regionais e internacionais que se inscreve a preocupação fundamental de garantir a paz entre os Estados.

Gleick tentou sistematizar esta questão da água enquanto um direito humano justificando-a com a existência de várias convenções/pactos internacionais, designadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que instituem vários

⁶⁵ Gleick, Peter H. (2007). "The Human Right to Water". *Pacific Institute*. Página consultada em Outubro de 2011, http://www.pacinst.org/reports/human_right_may_07.pdf.

⁶⁶ Gleick, Peter H. (2007). "The Human Right to Water". *Pacific Institute*. Página consultada em Outubro de 2011, http://www.pacinst.org/reports/human_right_may_07.pdf.

direitos essenciais de cada ser humano enquanto condições básicas para a existência e a realização da vida. No meio desses direitos existe o fundamental direito à vida, o direito a uma qualidade de vida favorável e adequada às necessidades de saúde e de bem-estar, o direito à protecção na doença e, entre outros, o direito à alimentação⁶⁷.

O direito à água é considerado, por um lado, um direito fundamental e, por outro, um direito derivado dos demais direitos fundamentais⁶⁸.

Na sua essência, os autores daquele documento não excluíram o direito à água, muito embora não o tenham escrito de forma explícita, por considerarem, talvez, que aquele parece ser um direito óbvio e adquirido de cada homem, sendo ainda condição para a garantia de demais direitos fundamentais.

As iniciativas internacionais sucederam-se ao longo do século XX e prosseguiram no início do século XXI, traduzidas no estabelecimento e aprovação de vários pactos internacionais que abordam os direitos básicos. É o caso da Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966 (CIDECS), da Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (CIDCP) de 1966 ou a Convenção Europeia de Direitos Humanos. Ao abrigo destes textos internacionais, cada Estado signatário compromete-se em garantir aos seus cidadãos determinados direitos humanos, comprometendo-se também a adoptar as medidas legislativas consideradas necessárias para que aqueles direitos adquiram efeitos práticos.

Segundo a perspectiva de Gleick, as leis internacionais sobre os direitos humanos internacionais deverão ser interpretadas de forma a incluir o direito à água necessária, em qualidade e em quantidade, de modo a satisfazer o direito (explícito) contido nos textos internacionais relativo ao direito (abrangente) à vida e ao direito à saúde e ao bem-estar. Esta interpretação é actualmente sustentada pelo Comentário Geral da ONU, lançado em Novembro de 2002⁶⁹ e que apoia a elevação do direito à água enquanto um direito humano fundamental.

O direito à água entendido enquanto direito humano fundamental permaneceu na agenda internacional ao longo dos anos 70 do século passado e alcançou uma importância significativa. Esta questão foi o centro da realização de várias conferências internacionais

⁶⁷ Gleick, Peter H. (2007). "The Human Right to Water". *Pacific Institute*. Página consultada em Outubro de 2011, http://www.pacinst.org/reports/human_right_may_07.pdf.

⁶⁸ A este propósito, refira-se que o artigo 25 da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, aprovada em 1948, por unanimidade, refere que, em traços gerais, que todos os seres humanos têm direito a um nível de vida capaz de garantir os necessários cuidados de saúde e de bem-estar, do próprio e da família, incluindo alimentação, vestuário, habitação.

⁶⁹ Economic and Social Council, United Nations (2002). "The right to water". Página consultada em Dezembro de 2011, <http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94>.

sem que, todavia, tenham dali surgido documentos formais e/ou oficiais com capacidade de atribuir a qualidade de “direito fundamental” ao direito à água. Por conseguinte, e atendendo à existência de alguns constrangimentos ao nível da abordagem desta questão, continuaram a ser envidados esforços no sentido de alterar o “estatuto” do direito à água, sendo de salientar que em 1994 foi adoptada a Carta de Direitos da nova Constituição da República de África do Sul, na qual é reconhecido o direito ao acesso a alimentação e água necessários a cada ser humano.

Uma vez reconhecido, quais as vantagens, e implicações, do direito à água e o que motiva a elevação do direito à água como um direito humano básico, fundamental. Neste contexto de elevada importância que assumem os recursos hídricos, é possível identificar pelo menos cinco razões principais:

1. O reconhecimento do direito à água deverá encorajar a Comunidade Internacional e os próprios Governos a renovarem os seus esforços no sentido de assegurar as necessidades hídricas básicas das suas populações;
2. Reconhecendo o direito da água como direito fundamental poderá ser mais provável aumentar a pressão no sentido de traduzir esse direito numa obrigação nacional e internacional legal, bem como numa responsabilidade, reforçando, assim, a sua importância;
3. O reconhecimento o direito à água contribui para chamar a atenção do estado da gestão/manutenção dos próprios recursos hídricos em várias partes do mundo;
4. O reconhecimento do direito à água por parte de todos os seres humanos ajuda a concentrar a atenção na necessidade de reflectir sobre as disputas internacionais que existem relativamente à partilha de bacias hidrográficas, podendo, eventualmente, servir de auxílio para a resolução de conflitos relacionados com a utilização e partilha de recursos hídricos comuns através da identificação de requisitos hídricos mínimos, e alocações, para todas as partes envolvidas;
5. Através do reconhecimento explícito e formal do direito à água como direito fundamental poderá ajudar a estabelecer prioridades para uma política hídrica.

Uma vez identificadas estas vantagens, é possível também antever obrigações por parte dos Estados, de organizações e dos próprios indivíduos, sendo ainda possível apontar potenciais implicações e/ou responsabilidades, e até limitações, do reconhecimento de um tal direito.

Assim, para este autor, o direito à água não prevê o direito ao acesso a uma quantidade ilimitada de água, uma vez que este recurso é, como já se referiu, escasso. Por isso, um tal

direito não deverá implicar que a água seja um recurso adquirido de forma gratuita. Em virtude de os recursos hídricos não estarem disponíveis de forma ilimitada, a sua gestão e partilha implica algumas restrições e/ou constrangimentos com o objectivo de preservar também os ecossistemas naturais e manter o equilíbrio dos factores económicos e políticos.

Na perspectiva de Peter Gleick⁷⁰, a questão de saber se existe, de facto, um direito humano à água encontra-se no centro do debate. Este autor destaca, assim, que um número considerável de acordos e convenções internacionais identificou e declarou um leque de direitos humanos, sendo de destacar a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Pacto de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), o Pacto de Direitos Civis e Políticos (1966), a Convenção Inter-Americana de Direitos Humanos, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e, entre outras, a Convenção Europeia de Direitos Humanos. Estes pactos e convenções destinam a proteger um vasto número de direitos, entre os quais se destacam o direito à vida, o usufruto de um nível de vida adequado à saúde e ao bem-estar, o direito à protecção na doença ou o direito a uma alimentação adequada. O direito à água foi considerado direito fundamental e direito derivado, isto é, dos demais direitos (como o direito à vida ou a uma alimentação adequada) deriva também o direito à água, pois daqueles depende, em grande parte, o acesso à água. Neste sentido, os pensadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 25.^o⁷¹, não excluíram explicitamente a água enquanto direito humano por considerarem que este recurso é uma condição necessária para a satisfação, e respeito, dos demais direitos⁷².

Por isso, muito embora os produtos finais daquelas conferências internacionais não se tenham traduzido na elaboração de documentos legais e/ou oficiais sobre o direito explícito à água enquanto direito humano fundamental, eles acabaram por mostrar a importância na esfera internacional que a água assume para a vida humana em si.

Tal necessidade acabou por ser enfatizada na Cimeira da Terra de 1992 (<http://www.worldsummit2002.org/index.htm?http://www.worldsummit2002.org/guide/unced.htm>) realizada no Rio de Janeiro, da qual, entre outros, resultou a assumpção básica de que a utilização e desenvolvimento dos recursos hídricos devem ter como prioridade a

⁷⁰ Gleick, Peter H. (2007). "The Human Right to Water". *Pacific Institute*. Página consultada em Outubro de 2011, http://www.pacinst.org/reports/human_right_may_07.pdf.

⁷¹ Segundo este artigo, "todos têm direito a um nível de vida adequado para a saúde e bem-estar do indivíduo e sua família, incluindo alimentação, vestuário, habitação e cuidados de saúde, serviços sociais necessários, o direito à segurança em caso de desemprego, doença, incapacidade, viuvez, idade avançada ou outra situação fora do controlo do indivíduo".

⁷² Gleick, Peter H. (2007). "The Human Right to Water". *Pacific Institute*. Página consultada em Outubro de 2011, http://www.pacinst.org/reports/human_right_may_07.pdf.

satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, sendo que todas as pessoas deverão ter acesso adequado a uma determinada quantidade de água limpa/própria para a satisfação daquelas necessidades (alimentação, saneamento e higiene).

Tal premissa é também reforçada pela Convenção da ONU sobre a lei da utilização para fins de não navegação das águas internacionais, aprovada em Maio de 1997 (e segundo a qual na eventualidade de conflito no que concerne à utilização da água de um curso de água internacional, deverá ser dada uma maior atenção à necessidade de satisfazer, em primeiro lugar, as necessidades básicas dos indivíduos).

Em virtude de a água ser um recurso escasso, Gleick aborda subtilmente o conceito de “economia da água” defendendo que, não obstante dever ser considerado um direito fundamental, o direito à água poderá ter de ser pago. Contudo, em caso de os indivíduos não poderem pagar este bem essencial, por razões de pobreza, de emergência ou de qualquer outra circunstância imprevista, deverá ser da responsabilidade das próprias comunidades e governos locais, ou mesmo dos governos nacionais, a prossecução de uma política que garanta a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos por via, por exemplo, de subsídios ou por via de outro meio considerado adequado. Este direito deverá, pois, ser assegurado pela própria lei.

Capítulo IV – O papel da água nos conflitos actuais na região do Médio Oriente

Introdução

O Médio Oriente é uma região que apresenta uma tendência acentuada para a eclosão de conflitos, sendo por muitos considerada uma zona onde, devido às suas características físicas e naturais, as tensões com base nos recursos hídricos se encontram latentes. Contudo, a par desta tendência para o conflito, é também possível verificar que há evidências que apontam para uma possibilidade de cooperação com base nos recursos hídricos.

No quadro da importância da água no relacionamento entre os Estados, podendo ser, concomitantemente, um motor de conflito ou uma oportunidade de cooperação, cumpre destacar o conceito de “hidropolítica”, ou política da água, que poderá ser entendido como a área de estudo que se preocupa com as relações políticas com base na disponibilidade dos recursos hídricos, necessários para o desenvolvimento humano⁷³. Assim, numa era em que a disponibilidade da água e, paralelamente, a sua procura não pára de aumentar, a política da água tem vindo a tornar-se um elemento relevante ao nível do relacionamento entre os Estados⁷⁴.

Apesar de ser possível verificar a existência de conflitos hídricos na história moderna, é, muitas vezes, esquecida a componente de cooperação existente entre os Estados baseada na assinatura de diversos tratados e de convenções internacionais sobre águas internacionais. Por conseguinte, muitos autores consideram que a água pode efectivamente ser uma fonte de cooperação. No seu trabalho, Shira Yoffe e Aaron Wolf abordam a questão da água poder ser vista como um potencial factor de cooperação entre os Estados, ou dentro dos próprios Estados⁷⁵. No mesmo trabalho, os autores citam James Wescoat (“Resource management: oil resources and the gulf conflict”, 1992), quando este

⁷³ Allan, Tony (1999). “Israel and water in the Framework of the Arab-Israeli conflict”. *Water Issues Group*, Occasional paper 15. Consultado em Janeiro de 2012, <http://web.macam.ac.il/~arnon/Int-ME/water/OCC15.PDF>.

⁷⁴ A este respeito, é interessante notar que num potencial quadro de conflitualidade na região do Médio Oriente, a ONU definiu, na Cimeira do Milénio em 2000, onde foi também adoptada a Declaração do Milénio, os conhecidos *Millennium Development Goals*, os quais podem ser enquadrados nas seguintes categorias: erradicação da pobreza extrema, alcance da educação primária universal, promoção da igualdade de género e da emancipação das mulheres, redução da mortalidade infantil, melhoramento da saúde materna, combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças, garantia da sustentabilidade ambiental, incremento de uma parceria global para o desenvolvimento e o incremento de uma parceria global para o desenvolvimento.

⁷⁵ Yoffe, Shira e Aaron Wolf (2001). “Water, Conflict and Co-operation: Geographical Perspectives”. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/geographical_perspectives/.

refere que “onde o petróleo está associado ao conflito, nos anos 50, a água e a comida estão associadas à paz”, querendo com esta afirmação dizer que existe um potencial para a cooperação elevado quando se trata da partilha e da gestão dos recursos hídricos.

Intrinsecamente, a região do Médio Oriente é, como já se aventou, um local deveras propício, devido às suas características naturais⁷⁶, à manifestação de tensões e potenciais conflitos. No momento actual, a região é palco de tumultos políticos, socioeconómicos e securitários, os quais contribuem para acentuar a sua natureza conflituosa. As recentes acções de contestação e os violentos actos de repressão por parte de vários regimes, designadamente o da Síria, têm contribuído para agravar a situação de segurança do ponto de vista regional, sendo, por isso, expectável que os equilíbrios regionais possam, no médio e no longo prazo, sofrer alterações substanciais a vários níveis.

No presente trabalho de investigação aborda-se o caso de estudo do conflito Israelo-Palestiniano, bem como o conturbado relacionamento entre Telavive, Damasco e Omã no que concerne à partilha integrada e gestão dos recursos hídricos e também do ponto de vista da negociação internacional.

1. A água enquanto variável no conflito israelo-palestiniano

A partilha/disputa do rio Jordão

Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, em 1914, o território que mais tarde seria a Palestina, a Síria e o Egipto encontrava-se sob o controlo do império otomano. Contudo, quando começou a ser mais evidente que o império caminhava para o desmoronamento, quer o Reino Unido, quer a França começaram a reivindicar o seu espaço territorial por forma a estabelecer as respectivas esferas de influência.

Assim, os franceses começaram a trabalhar com os cristãos do Líbano e com os sírios, enquanto os britânicos juntaram-se aos árabes e aos judeus da Palestina. Em 1916, franceses e britânicos assinaram um acordo secreto, conhecido como acordo Sykes-Picot⁷⁷,

⁷⁶ A título indicativo, refira-se que o Banco Mundial tem vindo a alertar para o facto desta região enfrentar situações de seca cada vez mais frequentes, acentuando a problemática da escassez ao nível do abastecimento de água.

⁷⁷ Este acordo foi negociado em Novembro de 1915 pelo francês François Georges-Picot e pelo britânico Mark Sykes, através do qual o Reino Unido recebeu o controlo dos territórios correspondentes à Jordânia e ao Iraque, bem como uma pequena área em torno de Haifa, enquanto a França adquiriu o controlo do sudeste da Turquia, da Síria, do Líbano e do norte do Iraque. Os Territórios Palestínianos seriam colocados sob administração internacional, aguardando consultas.

o qual viria a dividir o Médio Oriente em duas regiões, sendo de destacar que o estatuto da Palestina não ficou esclarecido.

Durante este período, o movimento sionista moderno, que procurava o estabelecimento de um Estado judaico na Palestina, começou a causar algumas preocupações ao Reino Unido. Desde o seu início, que data do século XIX (1897, ano da realização do primeiro congresso sionista), este movimento centrou-se em considerações históricas, estratégicas e económicas para determinar um território adequado para Israel. Assim, numa região maioritariamente deserta e caracterizada por fortes períodos de seca, o acesso à água foi reconhecido como sendo estratégica e economicamente importante para um futuro Estado da Palestina.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, iniciaram-se várias negociações sobre que destino dar às novas áreas conquistadas, tendo sido criado o sistema de mandato, que iria dividir as regiões conquistadas aos antigos impérios turco e alemão pelas chamadas “nações avançadas”, as quais por sua vez serviriam de guardiãs das terras em nome da recém formada Liga das Nações. Na conferência de paz de Paris, os líderes sionistas elaboraram uma estratégia sobre a divisão das fronteiras, destacando-se Aaron Aaronsohn, um agricultor que depressa identificou a importância do abastecimento de água para o acto de dividir as fronteiras⁷⁸.

A proposta de Aaronsohn previa o estabelecimento de fronteiras para a Palestina que incluíssem as águas altas do rio Jordão, a parte baixa do rio Litani (que começa no Líbano) e o rio Yarmouk.

A elevada vaga de imigração para a Palestina originou graves tensões entre judeus e árabes e, no final da Segunda Guerra Mundial, a devastação provocada pela guerra preparou caminho para a criação do Estado de Israel e acentuou o problema dos refugiados na região.

Em 1947, incapaz de lidar e resolver o problema do conflito entre sionistas e árabes, o Reino Unido levantou o problema à descendente da Liga/Sociedade das Nações – a ONU, tendo sido criado um comité especial para a Palestina, o *United Nation Special Committee for Palestine* (UNSCOP), especialmente criado para tratar o problema palestino. Este comité recomendou que a Palestina fosse dividida em dois Estados, devendo Jerusalém ficar sob controlo internacional. Tal recomendação acabou por ser

⁷⁸ Berland, Allison (2000). “The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians”. *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html. Trata-se de informação contida no capítulo primeiro, “Politics of the Jordan Watershed”.

aprovada em Novembro do referido ano pela Assembleia Geral da ONU. Todavia, o conflito entre árabes e judeus intensificou-se enquanto o Reino Unido se preparava para deixar a Palestina e, em Maio de 1948, Israel declarou a sua independência dando início a uma guerra entre o Estado recém-formado e os seus vizinhos árabes⁷⁹.

Esta guerra dividiu a bacia do Jordão de tal forma que as suas águas passam em quatro países: Líbano, Síria, Jordânia e Israel. Como já aventado, por esta altura, a região do Médio Oriente enfrentava um sério problema de refugiados que acabou por provocar profundas mudanças ao nível do desenho da própria população.

Assim, o ambiente político hostil entre os Estados árabes e o novo Estado de Israel fazia antever que seriam necessários vários esforços no sentido de gerir a distribuição de água e desenvolver os recursos/potencialidades hídricas do rio Jordão.

No início de 1950, árabes (palestinianos) e israelitas começaram a desenvolver planos para o desenvolvimento da bacia do rio Jordão. Em 1951, a Jordânia anunciou um plano destinado a desviar água do rio Yarmouk, com o objectivo de irrigar o leste de Ghor no vale do Jordão. Tal incidente levou Israel a iniciar o processo de escoamento do lago Huleh e pântanos adjacentes, acto que acabou por criar tensões entre Israel e a Síria devido ao facto dos pântanos atravessarem zonas desmilitarizadas que separam os dois países⁸⁰.

Em 1953, Israel iniciou a construção do Transportador Nacional de Água que viria a transportar água para a zona costeira e para o deserto do Negev. Estas iniciativas unilaterais, quer por parte da Jordânia, quer por parte de Israel, contribuíram para aumentar as tensões políticas numa região desde sempre caracterizada pela volatilidade securitária e por um equilíbrio regional precário.

Por conseguinte, uma solução regional para a gestão da bacia do rio Jordão tornava-se cada vez mais premente, sendo de destacar que os EUA, em 1953, sob a presidência de Dwight Eisenhower, enviaram Eric Johnston⁸¹ à região do Médio Oriente com o objectivo de aliviar as tensões dos Estados ribeirinhos do rio Jordão⁸².

⁷⁹ Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

⁸⁰ Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

⁸¹ Em Janeiro de 1951 foi nomeado administrador da Agência Económica de Estabilização americana pelo Presidente Harry Truman. Mais tarde, em 1953, o Presidente Dwight Eisenhower nomeou-o representante especial da Presidência dos EUA para tratar a questão de conflito causados pela disputa de recursos hídricos entre Israel, a Jordânia e a Síria, tendo desempenhado um importante trabalho ao nível da negociação do Plano Hídrico Unificado do Vale do Jordão.

⁸² Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

Durante dois anos, Johnston trabalhou no sentido de desenvolver um plano extensivo para o rio Jordão e, por arrastamento, devolver alguma estabilidade à região.

O primeiro objectivo de Johnston ao desenvolver um plano para o rio Jordão centrou-se na alocação equitativa do fluxo anual de água entre todos os Estados ribeirinhos. O “plano principal” centrou-se apenas na utilização da água do rio Jordão e não incluía o rio Litani⁸³.

Estas prerrogativas foram consideradas inaceitáveis por parte de Israel, para quem era preponderante que no plano estivesse incluído o rio Litani e se tomasse em consideração as necessidades de irrigação do deserto do Negev⁸⁴.

Assim, Israel consultou um engenheiro americano, John Cotton, e submeteu um plano alternativo à consideração, em Fevereiro de 1954. O “plano Cotton” atribuía metade do fluxo do rio Litani a Israel, permitiu a transferência de água para fora da bacia do rio Jordão e recomendou que o Mar da Galileia fosse utilizado como a principal unidade de armazenamento⁸⁵.

Como resposta aos planos Johnston e Cotton, o Líbano, a Síria, a Jordânia e o Egipto decidiram estabelecer um Comité Técnico, no âmbito do estabelecimento de um plano árabe⁸⁶.

Porém, o enviado especial norte-americano, Eric Johnston, pretendeu encontrar uma solução harmoniosa entre os planos atrás descritos, por forma a torná-la aceitável e viável para todas as partes envolvidas e/ou interessadas.

Surge, assim, o chamado “plano unificado”, mais tarde referenciado como “Plano Johnston”⁸⁷. Este plano deu concessões e forçou compromissos entre os árabes e os israelitas: Israel foi forçado a abdicar da inclusão do rio Litani e os árabes concordaram em permitir transferências de água para além da bacia do rio Jordão, bem como permitir o armazenamento no Mar da Galileia e na barragem inacabada de Maqarin. Em

⁸³ Berland, Allison (2000). “The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians”. *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

⁸⁴ A escassez hídrica da bacia do rio Jordão foi ameaçada pelos planos de Israel de conduzir água para o deserto do Negev, por via da Transportadora Nacional de Água. Esta atitude de Israel ameaçou os habitantes da Palestina, na medida em que representou uma ameaça aos próprios direitos civis do povo palestino.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ As principais prerrogativas deste plano consistiam na exclusão da utilização de água para além da bacia do rio Jordão, exclusão do rio Litani e a rejeição da proposta israelita de utilização do Lago Tiberíades como sendo a principal unidade de armazenamento.

⁸⁷ Berland, Allison (2000). “The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians”. *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html. (“The Johnston Negotiations”).

contrapartida, os EUA comprometeram-se em financiar projectos futuros ao nível do desenvolvimento hídrico⁸⁸.

Contudo, a Liga Árabe mostrou-se incapaz de aceitar um acordo que reconhecesse o Estado de Israel e as negociações cessaram, sendo de referir que o plano Johnston nunca foi ratificado⁸⁹.

O plano Johnston acabou por ser considerado uma iniciativa que padecia de algumas fraquezas e/ou lacunas, designadamente, a bacia hidrográfica do Jordão não era vista como um todo, ficando de parte os recursos hídricos subterrâneos; os palestinianos não participaram do processo de negociação, mas apenas Israel e os outros Estados que foram reconhecidos como utilizadores directos da água do rio Jordão; foi dada pouca atenção à dimensão política das negociações (os árabes seriam incapazes de aceitar um plano de alocação de recursos hídricos a Israel, porque tal representaria a legitimação do direito à existência do auto-proclamado Estado de Israel)⁹⁰.

Ao nível bilateral, entre Israel e a Jordânia, passaram a realizar-se encontros anuais, denominados de “*Picnic Table*”, com o objectivo de discutir as alocações hídricas, particularmente as do rio Jordão e as do rio Yarmouk⁹¹.

Apesar dos progressos limitados entre Israel e Jordânia, resultado das negociações Johnston, a década seguinte (1960) conheceu desenvolvimentos unilaterais ao nível dos recursos hídricos, tendo sido também um período de intenso conflito entre palestinianos e israelitas. Destaca-se a construção da Transportadora Hídrica Nacional (THN) (*National Water Carrier*), a qual iria desviar água da bacia do rio Jordão para o deserto do Negev, tendo provocado alguma fúria no então presidente do Egipto, Gama Abdel Nasser, que apelou à realização da primeira cimeira árabe em 1964 com o objectivo de discutir um plano para a gestão dos recursos hídricos⁹².

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

Um acordo vinculativo que contemple o direito à água a todos os Estados ribeirinhos de uma bacia hidrográfica na região do Médio Oriente revelou ser difícil de alcançar, não tendo sido nunca conseguido. Contudo, actualmente a distribuição desproporcional de recursos hídricos não é sustentável, mas não apresenta, como no passado, uma elevada propensão para o conflito, em virtude de a Comunidade Internacional não tolerar o recurso à força para travar as pretensões dos Estados em controlar o acesso aos recursos hídricos, muito embora a sua distribuição seja ainda considerada injusta.

⁹⁰ Wolf, Aaron e Joshua T. Newton. “The Jordan River – Johnston Negotiations 1953-1955; Yarmuk Mediations 1980”. *Oregon State University*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/research/case_studies/Jordan_New.htm.

⁹¹ Medzini, Arnon e Aaron Wolf (2004). “Towards a Middle East at Peace: Hidden Issues in Arab-Israeli Hydropolitics”. *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Janeiro de 2012, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/Medzini_&_Wolf_04.pdf.

⁹² Idem.

Em 1965 realizou-se a segunda cimeira árabe, na qual os Estados árabes decidiram implementar o seu próprio plano de desvio de água, o qual poderia cortar o acesso à água da Transportadora Hídrica Nacional. Assim, um ano após Israel ter iniciado o processo de desvio de água através da THN, os Estados árabes começaram a implementação do plano de Desvio de Nascentes.

Ambos os planos hídricos tornaram-se potenciadores de conflito, sendo de referir que a Organização da Libertação da Palestina (OLP) atacou a THN em Dezembro de 1964 e uns meses mais tarde o exército israelita atacou o plano de desvio da Síria. Nos dois anos seguintes, 1965-1966, ocorreram alguns conflitos de baixa intensidade sem serem resolvidos, os quais acabaram por levar a uma situação de guerra e em 1967 deflagrou a conhecida Guerra dos Seis Dias. Israel atacou o Egipto, a Síria, a Jordânia e o Iraque e, em seis dias, recuperou os seguintes territórios: os Montes Golã da Síria e da Faixa de Gaza, a Península do Sinai do Egipto e a Cisjordânia da Jordânia⁹³.

Com acesso privilegiado às nascentes do rio Jordão, Israel transformou-se no Estado dominante em termos de acessibilidade aos recursos hídricos, tendo ainda ganho acesso ao Aquífero Central, também conhecido por Aquífero da Montanha. Trata-se de uma das principais fontes de água de Israel e dos Territórios Palestínianos, Cisjordânia e Faixa de Gaza. É uma área que se localiza, maioritariamente, na Cisjordânia e é considerável muito vulnerável à poluição dos solos.

Principais aspectos das negociações hídricas entre Israel e a Palestina

A ocupação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia e a nacionalização do processo dos recursos hídricos nestas regiões podem ser considerados os marcos que assinalam o início do conflito entre israelitas e palestínianos (árabes) com base na partilha dos recursos hídricos⁹⁴.

De acordo com a lei israelita, a água é considerada propriedade do Estado e, por forma a proteger o Planalto Central da extracção excessiva de água, Israel estabeleceu limites à quantidade de água que poderia ser retirada dos poços existentes, tendo ainda sido impostas restrições à utilização de água por parte dos palestínianos para efeitos agrícolas.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Medzini, Arnon e Aaron Wolf (2004). "Towards a Middle East at Peace: Hidden Issues in Arab-Israeli Hydropolitics". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Janeiro de 2012, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/Medzini_&_Wolf_04.pdf.

Assim, enquanto a utilização da água pelos palestinos para a agricultura foi limitada aos níveis de 1968, foram escavados novos poços em colonatos israelitas.

Na Faixa de Gaza, a situação assume contornos diferenciados, sendo de destacar que foram estabelecidos limites e/ou restrições menos rigorosas no que concerne à utilização dos recursos hídricos. Esta situação originou uma extracção excessiva de água e, em virtude dos limites impostos quanto à utilização terem passado a ser menos restritivos, tal originou, inevitavelmente, a utilização mais livre da água, tendo contribuído, em larga medida, para o próprio desgaste daquele aquífero.

Esta disputa relativamente ao padrão e/ou critério de distribuição da água na Cisjordânia e na Faixa de Gaza ainda permanece uma questão pertinente e importante no panorama da região envolvente, sendo de realçar que se trata de um assunto sobre o qual impende uma das razões pelas quais os israelitas e os palestinos ainda não se entenderam definitivamente⁹⁵.

Nos anos que sucederam à guerra dos seis dias, o relacionamento entre israelitas e palestinos permaneceu tumultuoso. Em 1964 foi criada a Organização da Libertação da Palestina (OLP) apenas com a missão de libertar a Palestina, defendendo para tal a luta armada. Na sua carta, a OLP defende que a divisão da Palestina (Territórios Palestinos: Cisjordânia e Faixa de Gaza) e o estabelecimento do Estado de Israel são ilegais, sendo de referir que os palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia manifestaram-se sempre contra o controlo exercido pelo Governo militar israelita e suas políticas e em finais de 1960 a OLP e os israelitas se envolveram numa confrontação militar relativamente aos colonatos do Vale da Jordânia/Jordão.

A Faixa de Gaza tornou-se, então, um abrigo a guerrilheiros contra os israelitas. Em 1977, a OLP alterou as suas táticas na direcção de uma estratégia de negociação, passando a reivindicar, em vez de reclamar a Palestina, o direito ao estabelecimento de um Estado nacional independente.

O fim da Guerra Fria e da ideologia bipolar que até então dominara as relações internacionais, em 1989, e a invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, contribuíram para alterar os equilíbrios mundiais e acentuaram a divisão do mundo árabe (particularmente a guerra no Iraque). Os palestinos apoiaram o Iraque, aproveitando para, no decurso da

⁹⁵ A gestão dos recursos hídricos é um dos motivos, associado a outros, pelos quais ainda existem disputas e desentendimentos entre aqueles dois povos. Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

guerra, reivindicar a saída de Israel dos Territórios Ocupados. Israel, juntamente com a Arábia Saudita, foi atacado por mísseis SCUD durante a operação “Tempestade no Deserto” lançada pela coligação internacional liderada pelos EUA⁹⁶.

Israel, por seu lado, não retaliou e o Kuwait foi libertado em Fevereiro de 1991. Esta guerra no Golfo contribuiu para evidenciar que a situação regional do Médio Oriente é caracterizada por uma acentuada volatilidade e por uma instabilidade perigosa, na base da qual está o conflito israelo-palestiniano. No tocante ao papel da água neste conflito, trata-se de um recurso que esteve sempre no seio de tensões existentes entre Israel e seus vizinhos, podendo, contudo, contribuir para a construção de um processo de cooperação regional e estabelecimento de confiança na região.

A 30 de Outubro de 1991 realizou-se a Conferência de Paz para o Médio Oriente, em Madrid⁹⁷, sob o patrocínio dos EUA e da Rússia, sendo este considerado um novo capítulo na história do conflito israelo-árabe.

Pela primeira vez, Israel encontrou-se frente a frente com a Síria, com o Líbano e com a Jordânia, entre outros vizinhos árabes. George Bush começou por dizer que “a paz no Médio Oriente não tem que ser necessariamente apenas um sonho. A paz é uma possibilidade”. Alguns dos princípios defendidos e apresentados pelos EUA abordaram a necessidade de negociações directas entre os interlocutores, baseadas nas resoluções da ONU (242 e 338) e orientadas pelos princípios da justiça e do compromisso. Um dos problemas levantados nesta conferência foi a representação do povo palestiniano, sendo que seria inaceitável a inclusão oficial da OLP.

Assim, por forma a ultrapassar este problema, foi sugerida a participação de uma delegação conjunta, Jordânia-Palestina, cujos elementos palestinianos seria provenientes quer da Cisjordânia, quer da Faixa de Gaza, mas sem qualquer vínculo ou ligação à OLP⁹⁸.

No centro do conflito israelo-palestiniano podem encontrar-se dois principais assuntos: a segurança e o território. O então Secretário de Estado dos EUA, James Baker,

⁹⁶ Berland, Allison (2000). “The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians”. *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

⁹⁷ Reforça-se que umas das questões mais prementes deste evento foi o problema de criar meios para que a Palestina fosse representada. Se, por um lado, os intervenientes reconheceram que era imperativo haver representação dos palestinianos, por outro, não foi aceite a inclusão oficial da OLP. Por forma a ultrapassar este problema, EUA e Rússia apelaram à formação de uma delegação conjunta entre a Jordânia e a Palestina, sendo que os elementos palestinianos seriam provenientes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, e não poderiam ter qualquer ligação e/ou afiliação formal à OLP.

⁹⁸ Berland, Allison (2000). “The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians”. *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

acabou por referir que “um dos principais assuntos-chave relativamente à segurança e ao território é o controlo e a gestão de recursos hídricos partilhados entre Israel e a Palestina”.

O papel da água na resolução do conflito

Quer para Israel, quer para a Palestina, a água foi sempre um factor associado à noção de soberania, tendo sido o seu controlo sempre entendido como necessário para garantir o crescimento económico e a segurança de cada grupo.

A exigência de inclusão do rio Litani, no fim da Primeira Guerra Mundial, e a parte superior do rio Jordão nas fronteiras da Palestina e, concomitantemente, as reclamações dos palestinianos sobre a regulamentação dos poços na Cisjordânia por parte de Israel desde a guerra dos seis dias, contribuíram para sublinhar a importância que cada parte atribui aos próprios recursos hídricos, acesso e controlo, mostrando também a diferença de posições/peso nas negociações entre ambos os lados.

Paralelamente, uma história de desconfiança de um lado relativamente ao outro não favorece a existência de espaço para a cooperação, acentuando ainda mais a vertente sangrenta do conflito.

No quadro da importância da água enquanto factor potenciador, quer de conflito, quer de cooperação, na região, urge destacar a importância das chamadas “águas subterrâneas” (*groundwater resources*). Após as conversações de paz de 1991, são as águas subterrâneas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza que se tornam a principal fonte de disputa entre Israel e a Palestina⁹⁹.

O Planalto Central, composto pelo aquífero ocidental, aquífero norte e aquífero leste, detém cerca de 40% da água utilizada por Israel, sendo de referir que os aquíferos ocidental e do norte estão localizados em ambos os lados da linha verde que separa Israel da Cisjordânia, enquanto o aquífero leste detém a menor quantidade de água e está localizado completamente dentro das fronteiras da Cisjordânia.

Por sua vez, a Cisjordânia detém outras fontes de água, nomeadamente o escoamento superficial e vazão, muito embora as águas subterrâneas sejam a principal fonte de água. Em contraste, a Faixa de Gaza não tem outra forma de extracção de água se não a que provém do Aquífero Costeiro, que é muito mais raso do que o Planalto Central, e tem

⁹⁹ Berland, Allison (2000). “The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians”. *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

sido brutalmente contaminado pela intrusão de água salgada, pesticidas e esgoto¹⁰⁰. Tanto o Planalto Central, como o Aquífero Costeiro estiveram sob o controlo de Israel desde 1967 e a questão de saber quem deverá gerir e controlar os recursos hídricos de cada aquífero permanece fonte de discórdias entre Israel e a Palestina.

Do ponto de vista palestino, urge reflectir sobre os direitos relacionados com os recursos hídricos e o controlo sobre estes recursos, quer na Cisjordânia, quer na Faixa de Gaza. Para o efeito, cumpre também referir que existirá um hiato ao nível do consumo de água entre os Territórios palestinos e Israel, quer ao nível da água utilizada para consumo doméstico, quer ao nível daquela que é usada para fins comerciais, sendo que Israel assumiu o controlo daqueles territórios no que toca aos próprios recursos hídricos. Por conseguinte, existia uma diferença quantitativa no consumo, sendo de referir que, segundo dados disponíveis e analisados por Allison Berland, entre 1967 e 1987 a população palestina cresceu 84%, enquanto o abastecimento de água para fins domésticos apenas aumentou 20% e a água para efeitos agrícolas acabou por estagnar. Devido a esta história de consumo desigual de água, a questão dos direitos hídricos para os palestinos tem sido tão importante como os meios para garantir a gestão e o controlo dos seus próprios recursos naqueles territórios¹⁰¹.

Contrariamente aos Territórios Palestinos, a posição de Israel é qualitativamente diferente, sendo que para os israelitas mais importante do que reconhecer os direitos hídricos, são os aspectos práticos e técnicos da gestão dos recursos. Só em 1992 é que Israel flexibilizou a sua posição relativamente à gestão partilhada dos recursos hídricos, abordando, mais tarde, a questão do direito à água¹⁰².

A 3 de Novembro de 1991 iniciaram-se as negociações entre Israel e os seus vizinhos, em Madrid, nos moldes de grupos de trabalho multilaterais, cuja primeira reunião se realizou em Moscovo.

Destes grupos, destaca-se o Grupo de Trabalho Multilateral sobre Recursos Hídricos, que começou a organizar fora de discussão sobre problemas regionais que tinham como base a água. Tratou-se de um grupo que focava a sua atenção nos aspectos mais técnicos dos recursos hídricos e que contribuiu para o processo de paz do Médio Oriente, na medida em que poderá ter contribuído para a potenciação de um ambiente menos hostil

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html. (Capítulo "Israel's position: focus on management of water resources").

¹⁰² Idem.

e, ao mesmo tempo, fomentou uma atmosfera de maior confiança entre as partes do conflito.

Neste âmbito, refira-se que potenciou a abordagem de um rol de assuntos mais diverso relacionado com a água, promoveu uma abordagem mais integrada da gestão das bacias hidrográficas e contribuiu para reunir as partes interessadas em discutir assuntos regionais relacionados com a água, abrindo ainda espaço à participação dos palestinianos no processo.

No mesmo contexto, a 15 de Setembro de 1993, os palestinianos assinaram a Declaração de Princípios do auto-Governo Interino, que definiu a autonomia palestiniana e apelou à criação da Autoridade Palestiniana da Administração da Água¹⁰³. Nesta declaração tentou encontrar-se uma solução que satisfizesse quer os israelitas, quer os palestinianos, tendo nela sido contemplados os interesses palestinianos relativos ao direito à água e os interesses israelitas referentes à gestão dos recursos hídricos escassos.

Assim, se até este momento os palestinianos vinham a participar em reuniões associados ao jordanos, a partir dali passaram a fazer-se representar de forma independente, tendo a OLP se tornado o representante oficial nas conversações. Todavia, a assinatura desta declaração resultou em grande parte da manutenção de negociações secretas, iniciadas em Janeiro de 1993, em Oslo, na Noruega, tendo ficado conhecidas pelas conversações secretas de Oslo. Estas conversações foram bem sucedidas na missão de impulsionar o avanço do processo de paz israelo-palestiniano¹⁰⁴.

2. Acordo hídrico entre Israel e a Jordânia no âmbito do tratado de paz

Outras iniciativas multilaterais foram desenvolvidas, destacando-se o Grupo de Trabalho Multilateral sobre Recursos Hídricos, no âmbito do processo de paz de Madrid, que contribuiu para o incremento das negociações com base nos recursos hídricos na região, em virtude de favorecer a abordagem técnica e política de aspectos relacionados com o conflito com base na partilha e gestão dos recursos hídricos¹⁰⁵. Este grupo foi um

¹⁰³ Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html. (Capítulo "The 1993 Declaration of Principles and the Oslo secret negotiations").

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html. (Capítulo "The Multilateral Working Group on Water Resources").

dos grupos multilaterais que se reuniu em Moscovo com o objectivo de reflectir e lançar potenciais soluções para a resolução da questão da gestão e planeamento da distribuição dos recursos hídricos, tendo desempenhado um papel relevante no âmbito do processo de paz, em virtude de ter potenciado a abordagem dos problemas regionais com base na água. Na perspectiva de Allison Berland, este grupo, ao centrar a atenção em aspectos mais técnicos relacionados com os recursos hídricos, acabou por proporcionar um ambiente de menor conflito e, por conseguinte, acabou também por promover uma atmosfera de maior confiança entre israelitas e palestinianos, de forma a poderem ser abordadas as questões relacionadas com a temática da gestão, partilha e distribuição daqueles recursos. De certa forma, este grupo, indirectamente, promoveu ainda para o próprio processo de paz, tendo, por um lado, reunido as partes interessadas no processo (e integrado os palestinianos nas discussões) e, por outro, o enfoque nos recursos hídricos ao nível técnico acabou por contribuir para uma abordagem mais abrangente e integrada do assunto, de modo a tornar mais eficaz a gestão das águas regionais¹⁰⁶.

Para além disso, este grupo de trabalho permitiu ainda o tratamento de questões mais amplas relacionadas com a gestão das bacias hidrográficas, tendo ainda facilitado a participação dos palestinianos no processo de discussão e reflexão sobre assuntos hídricos que poderão dar origem a potenciais conflitos.

Este grupo revelou ser uma componente importante nos esforços desenvolvidos em termos do controlo e da utilização dos recursos hídricos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia e também ao nível do relacionamento entre as partes interessadas, israelitas e palestinianos,

De certa forma, acabou por proporcionar um nível de confiança diferente, em virtude de as partes terem desenvolvido várias actividades e projectos relacionados com os recursos hídricos, muito embora não sejam realizadas reuniões deste tipo desde 1996.

Neste quadro de incremento do processo de construção de confiança, destaca-se a criação de bancos de dados regionais sobre os recursos hídricos, tendo as reuniões/encontros multilaterais aberto caminho para um maior estreitamento da cooperação bilateral entre israelitas e palestinianos (um dos assuntos levantados pelos palestinianos no grupo de trabalho sobre a água foi exactamente a ausência de dados suficientes relativos aos recursos hídricos)¹⁰⁷.

Estes bancos acabaram por beneficiar não só os palestinianos através do fornecimento de dados sobre os recursos hídricos, mas também todos os outros participantes do grupo.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

Outro aspecto positivo a destacar deste grupo de trabalho foi a organização de cursos de formação que acabaram por se transformar numa “ponte institucional” entre todos os intervenientes das negociações, tendo inclusivamente impulsionado uma abordagem integrativa de gestão da bacia do rio Jordão¹⁰⁸.

Tratou-se, assim, de um grupo do qual resultaram alguns resultados importantes e considerados positivos no quadro dos equilíbrios precários e instáveis que caracterizam a região do Médio Oriente, com particular destaque para a integração dos palestinianos enquanto membro do grupo e interlocutor a ter em consideração para a discussão de assuntos regionais relativos à água, que ajudou a atenuar os desequilíbrios políticos e permitiu uma relativa flexibilidade na abordagem de assuntos políticos caso existisse interesse das partes.

Em Outubro de 1994 foi assinado o tratado de paz entre Israel e a Jordânia, que normalizou o relacionamento entre os dois países, pondo fim às disputas territoriais. Entre os princípios estabelecidos neste tratado (a questão das fronteiras delimitadas pelo rio Jordão, o estabelecimento das relações diplomáticas, respeito pela soberania e território, estatuto de Jerusalém e a questão dos refugiados palestinianos) destaca-se a questão relativa à água: Israel concordou dar à Jordânia 50.000,000 metros cúbicos de água por ano, ficando a Jordânia com 75% da água proveniente do rio Yarmouk.

Ambos os países poderiam também desenvolver outros recursos hídricos e reservatórios de água, comprometendo-se a auxiliarem-se mutuamente, por forma a sobreviverem às fortes secas que caracterizam aquela região¹⁰⁹.

Relativamente à questão que dividiu Israel e a Jordânia, esta inscreveu-se, fundamentalmente, no acesso aos recursos hídricos à superfície, sendo de referir que as negociações entre os dois países se centraram na alocação da água do rio Jordão do rio Yarmouk, bem como no estatuto de uma pequena quantidade de água subterrânea do Vale Arava.

No tocante à implementação do acordo sobre a água, é interessante referir três aspectos importantes que ocorreram após a assinatura do tratado de paz entre estes países e que se

¹⁰⁸ Idem. Allison Berland analisou extensivamente esta questão, sendo por isso uma importante referência no âmbito deste trabalho. A respeito da criação dos bancos de dados sobre os recursos hídricos, tal iniciativa acabou por favorecer a capacidade técnica de todos os participantes das reuniões do Grupo Multilateral de Trabalho sobre os Recursos Hídricos. Favoreceu também os intervenientes ao nível das próprias práticas de gestão e abastecimento daqueles recursos, abrindo um espaço maior para a cooperação.

¹⁰⁹ Nerini, M. (2005). “Water in the Jordan Basin – a key element of the peace process and future cooperation in the region”. Pág. 136. Consultado em Novembro de 2011, <http://resources.ciheam.org/om/pdf/a65/05002204.pdf>.

referem, de certa forma, às dificuldades de implementação do referido acordo, designadamente:

- (I) A quantidade de água e alocação de custos do desenvolvimento de futuros projectos hídricos¹¹⁰;
- (II) A questão da poluição da água no Verão de 1998 na Jordânia por um período de um mês¹¹¹; e
- (III) As consequências políticas da severa seca de 1999 na região¹¹².

Estas prerrogativas¹¹³ mostraram que ainda havia um longo caminho a percorrer para o entendimento entre Israel e a Jordânia, na medida em que ainda prevaleciam algumas desconfianças entre uma e outra parte.

Estes três pontos mostraram também que a implementação do acordo de paz entre estes dois Estados não foi pacífico, em virtude de o acordo carecer de uma linguagem clara

¹¹⁰ O acordo assinado entre Israel e a Jordânia foi percebido como sendo claro no propósito/objectivo, mas ambíguo nos seus detalhes. Assim, a quantidade de água que Israel era suposto transferir para a Jordânia, bem como os meios de transporte a utilizar e o financiamento de futuros projectos adicionais para proceder ao cumprimento dos critérios impostos pelo acordo acabaram por fragilizar o mesmo. Acabou por não ser claro qual o Estado que deveria financiar os respectivos projectos hídricos.

Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

¹¹¹ Em 1998, a Jordânia foi assolada por uma forte crise natural, caracterizada por uma situação de poluição que levou a acusações ao próprio acordo de paz, ao qual a Jordânia atribuiu a referida crise. Esta situação de poluição teve início a 05 de Julho, quando os habitantes de Amã começaram a notar um cheiro e paladar estranhos quando bebiam água. Numa primeira fase, o Governo atribuiu este facto às elevadas temperaturas. Contudo, tendo-se tornado mais claro que a água contaminada provinha da estação de tratamento de Zay, a qual recebe água do Lago Tiberíades, um grupo de partidos da oposição jordana começou a culpar Israel pela situação de poluição hídrica, apelando à cessação do acordo. Porém, da parte do Governo jordano acabou por ser sempre assumido que aquela situação teve origem a erros técnicos e humanos, afastando, assim, a possibilidade de término do acordo de paz.

Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

(Capítulo "Implementation of the Agreement").

¹¹²No tocante às consequências políticas da crise de 1999 na região, cumpre referir que a quantidade de chuva chegou abaixo dos 2% da média da estação em Janeiro de 1999, sendo que o Estado jordano viu-se obrigado a declarar estado de seca no país. Rapidamente, os Governos de Israel e da Jordânia estavam a manifestar preocupações sérias sobre a situação hídrica dos seus países, alertando para a potencial escassez que se faria sentir no Verão. Num cenário de potencial agravamento da situação hídrica na região, os dois países acabaram por discordar sobre o modo de implementação do acordo existente entre ambos atendendo à inopinada situação ambiental, acusando-se mutuamente sobre a interpretação individual e errada que cada país estava a fazer do respectivo acordo. Esta situação de tensão e/ou disputa entre Israel e a Jordânia acabou por ser resolvida, não obstante tenham permanecido tensões políticas entre os dois Estados. Neste quadro, a situação de seca acabou por revelar uma debilidade na implementação do acordo de paz, na medida em que colocou em evidência a ausência de cláusulas que contemplassem uma situação como aquela que ocorreu em 1999.

Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

(Capítulo "Implementation of the Agreement").

¹¹³ Berland, Allison (2000). "The Water Component of the Peace Process Between the Israelis and the Palestinians". *Transboundary Waters Organisation*. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/related_research/berland_part1.html.

(Capítulo "Lessons learned from the Israeli-Jordanian Water Agreement").

relativamente ao estabelecimento das quantidades/alocações hídricas e dos respectivos custos. Para além disso, a crise de poluição parece ter sido provocada por erro humano e, por outro lado, a situação de seca extrema não foi colmatada por nenhuma prerrogativa contemplada no acordo. E numa região caracterizada pela forte escassez de recursos hídricos, tais situações excepcionais deveriam ter sido contempladas, por forma a dar resposta a eventuais problemas como estes ocorridos entre 1998 e 1999.

À semelhança do que havia sucedido com as negociações de paz entre Israel e a Palestina, também entre Israel e a Jordânia prevaleceu a organização de iniciativas, quer do ponto de vista bilateral (enfoque em assuntos políticos mais complexos, particularmente questões de segurança e de território), quer ao nível multilateral (criação de fóruns para discussão de assuntos regionais, tais como meio ambiente e água), com o objectivo de ultrapassar potenciais dissensões entre ambos os países e, por conseguinte, tornar efectiva a implementação do referido acordo de paz. Neste âmbito, de destacar também que alguns encontros entre os dois Estados ocorreram secretamente¹¹⁴.

Contudo, e tal como aventado atrás, enquanto a disputa entre Israel e a Palestina tinha como base as águas subterrâneas, o contencioso entre Israel e a Jordânia tinham origem na água à superfície. As negociações entre Israel e a Jordânia focaram-se na alocação de água dos rios Jordão e Yarmouk, bem como no estatuto de uma pequena quantidade de água subterrânea do Vale Arava, a qual está localizada desde o sul do Mar Morto até ao Golfo de Aqaba.

A guerra dos seis dias de 1967 permitiu a Israel tomar o controlo dos Montes Golã, obtendo, assim, acesso à parte alta do rio Jordão, bem como a uma grande porção, a norte, do rio Yarmouk, incluindo o Canal Rei Abdullah. Desde essa altura, a Jordânia apresentou sérias críticas a Israel por este utilizar a capacidade da parte alta do rio Jordão. Por seu turno, Israel também apresentou críticas à Jordânia devido ao seu plano conjunto com a Síria de construção de uma barragem no rio Yarmouk, proposta que foi rejeitada por Israel¹¹⁵.

A partir daqui foi encetado o processo de negociação de paz entre os dois países, tendo ambos recebido a mediação dos EUA. Meses antes da assinatura do tratado de paz, realizou-se em Washington, a 25 de Julho de 1994, um encontro entre o Primeiro-Ministro israelita Yitzhak Rabin, Hussein I da Jordânia e o então Presidente norte-americano, Bill Clinton, tendo o documento resultante deste encontro ficado conhecido como Declaração

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

de Washington, a qual marcou o fim oficial do estado de inimizade entre Israel e a Jordânia, abrindo caminho para as negociações de Outubro.

3. A questão dos direitos hídricos e as disputas entre Telavive e Damasco

Paz entre a Síria e Israel

A história de conflito na região do Médio Oriente tem revelado ser uma preocupação permanente para a Comunidade Internacional e para os próprios Estados da região. As actuais crises sociais e políticas que deflagraram no Norte de África e no Médio Oriente acabaram por, uma vez mais, acentuar a natureza frágil dos equilíbrios regionais, reforçando ao mesmo tempo a ideia de que uma vez aberta a caixa de Pandora, a região redefinir-se-á de forma incerta.

É certo que os actuais tumultos ocorridos na região e, particularmente na Síria, têm sido motivados, na sua maioria, pela repressão exercida durante décadas sobre uma população oprimida e à maioria da qual têm sido negados direitos fundamentais.

Muito embora não seja totalmente visível o papel dos recursos hídricos enquanto potencial óbice para a eclosão de conflitos, sobretudo conflitos entre Estados, não se pode excluir a importância daqueles recursos ao longo das recentes décadas, os quais foram potenciais catalisadores de conflitos¹¹⁶.

Contudo, apesar de muitos conflitos militares terem ocorrido no mundo, maioria dos quais na região do Médio Oriente¹¹⁷, ainda existe uma forte probabilidade para a cooperação entre os estados, mais do que para o conflito¹¹⁸.

Assim, não será de excluir a hipótese de, no decorrer do século XXI, assuntos relacionados com o meio ambiente, designadamente a escassez de recursos hídricos, assumam um papel determinante ao nível do desenvolvimento económico e da segurança dos Estados, podendo inclusivamente ter sérias repercussões ao nível da paz internacional.

A relação entre a escassez ambiental e o aumento dos níveis de tensão e insegurança em várias regiões do mundo torna mais premente a necessidade de reflectir

¹¹⁶ Nerini, M. (2005). "Water in the Jordan Basin – a key element of the peace process and future cooperation in the region". Consultado em Novembro de 2011, <http://ressources.ciheam.org/om/pdf/a65/05002204.pdf>.

¹¹⁷ De acordo com um estudo elaborado pela Universidade de Óregão, nos EUA, desde 1950 ocorreram 37 conflitos militares no mundo tendo como origem a disputa da água, sendo que 32 desses conflitos eclodiram na região do Médio Oriente; 30 destes passaram-se entre Israel e os seus vizinhos.

¹¹⁸ Wolf, A. T., Yoffe, S. B., and Giordano, M. (2003). "International waters: identifying basins at risk". *Water Policy*, 5. Consultado em Dezembro de 2011.

http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/Wolf_et_al_Water_Policy_BAR.pdf.
Capítulo "Negotiations between Israel, Syria and Lebanon".

sobre a chamada “política de baixa intensidade” (*low politics*), na qual se incluem as questões relacionadas com a partilha e gestão dos recursos hídricos, particularmente na região do Médio Oriente¹¹⁹.

A água tem mostrado ser o recurso com o maior potencial para a eclosão de disputas entre os Estados, mas, concomitantemente, e por via do estabelecimento de acordos entre os países envolvidos nas potenciais tensões, também apresenta um espaço considerável para a cooperação. A este respeito, cumpre referir que foi desenvolvido um conceito que deveria facilitar a partilha e a gestão dos recursos ambientais, apoiado na ideia de que é possível trabalhar situações de potenciais conflitos internacionais.

Trata-se da ideia/conceito de “Parques para a Paz” (Parks for Peace ou Peace Parks)¹²⁰, descritos pela União da Conservação Mundial como sendo áreas transfronteiriças protegidas, devidamente identificadas, onde as barreiras políticas situadas nos limites do parque são abolidas, implicando que para tal sejam removidas todas as formas de fronteiras físicas de forma a permitir a livre circulação de pessoas e animais dentro da referida área. Refira-se ainda que, e como vai ser referido mais à frente neste trabalho, a assumpção base dos “Parques para a Paz” é a superação de uma disputa com base na terra/território rico em recursos hídricos, sendo de referir que o problema da garantia do acesso e da segurança da água estarão sempre relacionados com a questão da soberania do respectivo território de onde ela provém.

Estes parques são essencialmente destinados, por um lado, a gerir a diversidade biológica e os recursos naturais e culturais associados e, por outro, a promover a paz e a

¹¹⁹ Dajani, Muna (2011). “Dry Peace: Syria – Israel and the Water of the Golan”. *International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence*. Pág. 3. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4280~v~Dry_Peace_Syria_Israel_and_the_Water_of_the_Golan.pdf

O conceito de “low politics” é aqui entendido como conceito que, na perspectiva realista das relações internacionais (segundo a qual o sistema internacional é permanentemente competitivo e/ou conflituoso e no qual o estado assume o principal papel enquanto garante da segurança) vê as questões de segurança sob dois prismas: “high politics”, isto é, guerra e paz e, entre outros, interesses nacionais, e “low politics”, sendo que este conceito integra todas as questões relacionadas, por exemplo, com o meio ambiente, os fluxos migratórios ou questões relacionadas com o desenvolvimento, as quais, embora entendidas como potenciais fontes de problemas, não são ainda muito vistas como ameaças ou riscos à própria segurança nacional. Não se tratam de questões menores, mas tratam-se de assuntos cujo potencialidade para criar problemas é menor, estando, por isso, mais longe de se constituírem como fontes de ameaças entre os Estados. Por conseguinte, a problemática da escassez dos recursos hídricos poderá, cada vez mais, ser percecionada como um potencial factor de conflito entre os Estados, muito embora seja uma variável no âmbito da “low politics” (TOMÉ, Luís (2010) “Segurança e complexo de segurança: conceitos operacionais”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, N.º 1, Outono 2010. Consultado online em 11 de Setembro de 2012, janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_vol1_n1_art3.html).

¹²⁰ Dajani, Muna (2011). “Dry Peace: Syria – Israel and the Water of the Golan”. *International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence*. Pág. 4. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4280~v~Dry_Peace_Syria_Israel_and_the_Water_of_the_Golan.pdf.

cooperação entre os países¹²¹. Todavia, em regiões de fronteira com um maior potencial para o conflito, onde a soberania territorial e posse de território assumem uma importância vital, o alcance de um acordo que vá ao encontro das necessidades e exigências dos Estados envolvidos assume uma natureza complexa. É o caso da partilha dos recursos hídricos.

A importância estratégica (hídrica) dos Montes Golã

Os Montes Golã têm uma área total de aproximadamente 444 km², estando rodeados pelo rio Yarmouk a sul, o rio Jordão e o Mar da Galileia a ocidente, o Monte Hermon a norte e Wadi al-Ruqqad a leste. Israel controla actualmente dois terços dos Montes, os quais garantem aproximadamente 30% do abastecimento de água potável a Israel. Cerca de 40000 pessoas moram naquela região, 20000 das quais são judeus israelitas e outras 20000 são sírias¹²².

As terras destes Montes são consideradas altamente férteis, sendo utilizadas maioritariamente para fins agrícolas e responsáveis por uma parte significativa da geração de energia eólica.

No que concerne ao conflito entre Israel e a Síria, é possível referir que este data de 1948, ano em que teve início o conflito israelo-palestiniano, caracterizado, fundamentalmente, pelo avanço do exército sírio sobre as fronteiras estabelecidas em 1923 para ocidente, tendo sido bem sucedido em alcançar as reservas do Lago Tiberíades e capturar a margem leste do rio Jordão e uma parte do território israelita a ocidente do rio¹²³.

Em 1949, foi assinado o armistício entre os dois Estados, muito embora, posteriormente, tenham sido registadas algumas violações do referido acordo, marcando um período de tensão entre os dois Estados com sérias repercussões na região.

¹²¹ O primeiro Parque para a Paz foi estabelecido em 1932, no Canadá, o Waterton-Lakes International Peace Park. Desde então, informações disponíveis apontam para a existência de mais de 150 áreas transfronteiriças protegidas.

¹²² Dajani, Muna (2011). "Dry Peace: Syria – Israel and the Water of the Golan". *International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence*. Pág. 7. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4280~v~Dry_Peace_Syria_Israel_and_the_Water_of_the_Golan.pdf.

¹²³ Dajani, Muna (2011). "Dry Peace: Syria – Israel and the Water of the Golan". *International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence*. Pág. 7-9. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4280~v~Dry_Peace_Syria_Israel_and_the_Water_of_the_Golan.pdf.

No tocante a questões relativas aos recursos hídricos, o relacionamento entre Israel e Síria passou a ser marcado por uma relativa tensão, particularmente devido aos trabalhos desenvolvidos na bacia Huleh. Na base deste conflito encontraram-se questões relacionadas com a água, sendo de referir que entre 1965 e 1966, Israel e Síria passaram por momentos de conflito (troca de tiros) devido à existência de um plano árabe destinado a desviar as águas de nascente do rio Jordão, numa tentativa de impedir a construção da Transportadora Nacional de Água (que iria desde o Mar da Galileia até zonas costeiras e a sul de Israel)¹²⁴.

Refira-se que até 1967, a Síria detinha o controlo da zona nordeste do Lago e a parte leste do rio, tendo esta delimitação ficado conhecida pela linha de 04 de Junho de 1967. Neste mesmo ano, o exército israelita empurrou os sírios desde o Mar da Galileia/Lago Tiberíades e do território ocupado nos Montes Golã, incrementando, assim, a sua posição hidroestratégica. Face ao que precede, conclui-se que a ocupação dos Montes Golã por parte de Israel acabou por impedir o acesso da Síria ao Lago Tiberíades, tendo as autoridades israelitas tomado várias medidas no sentido de limitar a utilização e abastecimento de água proveniente dos Montes Golã por parte dos povos árabes.

Do lado sírio, ficou sempre o ressentimento contra Israel devido à ocupação daquele território, o qual é, por sua vez, reivindicado pela Síria, sendo de referir que uma das exigências dos sírios para o início do processo de negociação da paz com Israel é a entrega daquele território. Contudo, a retirada de Israel deste território significaria perda de prestígio nacional e honra relativamente ao inimigo¹²⁵. A importância atribuída por Israel aos seus recursos hídricos naquele território, bem como a hesitação de ambas as partes em alcançar um acordo de facto relativamente à partilha e gestão dos recursos tornou claro que as oportunidades para alcançar um acordo de paz entre os dois países tornaram-se cada vez mais ilusórias, em virtude de nenhuma das partes pretender abrir mão dos seus direitos na referida região. Paralelamente, a Síria pretendeu garantir que a exigência israelita de desmilitarização total dos Montes Golã fosse recíproca e que Israel retirasse as suas forças militares do seu lado da fronteira. Porém, a rigidez de ambas as partes relativamente à margem do Lago Tiberíades acabou por minar qualquer possibilidade de acordo entre israelitas e sírios, inviabilizando, desta forma, um potencial acordo de paz.

¹²⁴ Dajani, Muna (2011). "Dry Peace: Syria – Israel and the Water of the Golan". *International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence*. Pág. 11-12. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4280~v~Dry_Peace_Syria_Israel_and_the_Water_of_the_Golan.pdf.

¹²⁵ Idem.

Assim, este processo de paz estaria sempre minado pela ausência de vontade por parte dos intervenientes em restabelecer uma paz sustentável. Reforça-se a ideia de que no cerne destas negociações está, por um lado, a riqueza daquele território relativamente à posse de recursos naturais e, por outro, a sua localização estratégica, características que favoreceram o aumento do orgulho e do espírito nacionalista quer da Síria, quer de Israel. A este propósito, refira-se também que o principal factor que torna a demarcação da linha de fronteira entre Israel e a Síria um acto difícil de concretizar é, precisamente, a riqueza que a região comporta em termos de recursos hídricos, sendo de destacar que os rios Banias e Hasbani a norte dos Montes Golã, o Lago Tiberíades e os rios El Hamma e Yarmouk a sul da Galileia são fontes hídricas bastante importantes e tornam a Bacia do Rio Jordão um dos maiores abastecedores de água de Israel.

Enquanto que para a Síria a principal reivindicação ia no sentido da retirada de Israel tendo em consideração a linha 04 de Junho de 1967 (a Síria insistia na preponderância da terra sobre a água), para Israel a exigência refere-se à fronteira internacional de 1923 (para Israel era mais importante a água do que a terra). Por conseguinte, a importância da linha de fronteira que delimita o território de Israel e da Síria está estritamente relacionada com a disputa/competição/controlo pelos recursos hídricos.

Neste contexto de tensão/competição, e numa tentativa de diminuir a tensão entre a procura e a oferta de água no território dos Montes Golã tentou aplicar-se o conceito de “Parques para a Paz”¹²⁶ como meio de ultrapassar os obstáculos enfrentados por Israel e pela Síria no restabelecimento da paz entre si, muito embora se acredite que por si só este conceito não é inibidor de um potencial conflito. Porém, foram avançadas algumas vantagens deste conceito, designadamente:

- Protecção ambiental e conservação ecológica: trata-se de uma região vulnerável em termos ambientais, sofrendo os efeitos das alterações climáticas, sendo, por isso, útil o investimento tecnológico e humano no sentido de aumentar a sustentabilidade da zona. Por se tratar de um território rico em biodiversidade e em recursos hídricos, acaba por ser imperioso protegê-lo, por forma a garantir a renovação, e preservação, daqueles recursos naturais;
- Benefícios económicos: a cooperação transfronteiriça deverá trazer imensas vantagens para os Estados directa ou indirectamente envolvidos nestes projectos, podendo,

¹²⁶ Dajani, Muna (2011). “Dry Peace: Syria – Israel and the Water of the Golan”. *International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence*. Pág. 13. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4280~v~Dry_Peace_Syria_Israel_and_the_Water_of_the_Golan.pdf.

inclusivamente, contribuir para o crescimento económico (por exemplo, ao nível do ecoturismo). A ideia dos “Parques para a Paz” poderá potenciar o incremento económico dos intervenientes no processo, favorecendo uma atmosfera propícia à prossecução de actividades relacionadas, por exemplo, com o turismo.

- Desenvolvimentos políticos: a cooperação ambiental poderá ser um meio eficaz de ultrapassar o impasse político que sempre caracterizou a região, sendo de destacar que o incremento da cooperação e do relacionamento entre a própria população (e não apenas entre Governos) poderá favorecer uma atmosfera com propensão para o estabelecimento da paz;

- Capacitação da sociedade civil e promoção de uma real participação: devido à sua natureza multidisciplinar, os “Parques para a Paz” poderão permitir uma maior interacção entre todas as camadas da sociedade e promover, assim, a responsabilidade cívica relativamente ao ambiente e à própria sociedade, podendo ainda promover oportunidades novas para as comunidades locais de forma a proporcionar um trabalho conjunto no sentido de promover a cooperação regional e o próprio desenvolvimento económico. Trata-se, portanto, de investir nas pessoas e de permitir que elas tomem parte activa do processo de sensibilização para a necessidade de preservação e de protecção dos recursos naturais¹²⁷.

Todavia, a ausência de vontade política e o sentimento de desconfiança acabaram por minar a efectivação/conclusão de um potencial acordo de paz entre a Síria e Israel, tornando ineficaz o próprio conceito de “Parques para a Paz”, sobretudo tendo em consideração os seguintes aspectos:

- Água: a assumpção base dos “Parques para a Paz” é a superação de uma disputa com base na terra/território rico em recursos hídricos, sendo de referir que o problema da garantia do acesso e da segurança da água estarão sempre relacionados com a questão da soberania do respectivo território de onde ela provém. Providenciar o acesso à água a um Estado que se encontra fora do limite da sua soberania e, por conseguinte, se encontra nos limites da soberania de um outro Estado levantará sempre problemas. Contudo, tal situação de tensão poderia ser ultrapassada em caso de no conceito dos “Parques para a Paz” poder estar contemplada a criação das chamadas “zonas de segurança hídrica”.

¹²⁷ Dajani, Muna (2011). “Dry Peace: Syria – Israel and the Water of the Golan”. *International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence*. Pág. 17-18. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4280-v~Dry_Peace_Syria_Israel_and_the_Water_of_the_Golan.pdf.

- O próprio conceito de “Parque para a Paz”: este conceito não foi ainda totalmente testado, não existindo garantias que a sua implementação na região seja bem sucedida.
- A alteração do *status quo*: um acordo de paz com a Síria deverá envolver sempre o processo de retirada de Israel dos Montes Golã. Todavia, tal não parece ser pacífico do ponto de vista de Israel, uma vez que a própria opinião pública se manifesta contra uma tal acção, interpretando a hipotética retirada como uma falta de orgulho e honra.
- O fosso socioeconómico e o alerta/sensibilização ambiental: existe uma discrepância entre as necessidades e as preocupações políticas, entre a Síria e Israel, relativamente aos termos de uma potencial cooperação ambiental. Assim, enquanto a Síria terá necessidade de projectos de desenvolvimento mais rigorosos ao nível da protecção ambiental e na área da educação por forma a ser bem sucedida, Israel, por seu lado, e as suas concepções relativas à protecção ambiental terão também de ser analisadas no sentido de proporcionar efectivas acções de protecção ambiental ao nível da própria região. Por conseguinte, enquanto as necessidades ambientais e respectivas preocupações, quer da Síria, quer de Israel, se encontrarem em focos opostos, iniciativas do tipo “Parques para a Paz” tornar-se-ão ineficientes e carentes de resultados práticos, minando, assim, os esforços de cooperação ao nível ambiental.
- Oposição interna face à cooperação ambiental: devido ao falhanço de muitos processos de paz, a opinião pública reage com algum receio e desconfiança relativamente aos projectos de paz, sendo que existe ainda um longo caminho a percorrer no sentido de alcançar um efectivo “Parque para a Paz” na região do Médio Oriente¹²⁸.

¹²⁸ Dajani, Muna (2011). “Dry Peace: Syria – Israel and the Water of the Golan”. *International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence*. Pág. 19-20. Consultado em Dezembro de 2011, http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4280~v~Dry_Peace_Syria_Israel_and_the_Water_of_the_Golan.pdf .

Conclusões

Ao longo da presente investigação constatou-se que, efectivamente, na região do Médio Oriente, os recursos hídricos são potenciais factores de conflito entre populações e Estados. Na realidade, a questão do acesso à água na região é preponderante, em virtude de ser uma faceta associada à sobrevivência humana e à viabilidade dos próprios Estados, emergindo como uma problemática central também devido à escassez do recurso.

A questão de saber se haverá ou não uma relação entre a conflitualidade entre Estados ou, pelo contrário, uma base de cooperação entre eles tendo em consideração o acesso, a partilha e a gestão dos recursos hídricos, particularmente na região do Médio Oriente, tornou-se o grande objectivo da presente dissertação de Mestrado.

Sob a orientação da pergunta de partida “em que medida os recursos hídricos se poderão constituir um factor potenciador de conflito na região do Médio Oriente”, o autor esboçou quatro grandes questões derivadas, a saber:

- Serão os recursos hídricos responsáveis pela regionalização dos conflitos na região do Médio Oriente?

- Poderão os recursos hídricos tornar-se um catalisador dos conflitos e potenciar a cooperação?

- Que futuro para a região do Médio Oriente no caso de intensificação da situação de escassez e de agravamento da situação de stress hídrico? Que relação existe entre escassez, o forte crescimento da população mundial e a eclosão de conflitos?

- De que forma a Comunidade Internacional poderá mediar a questão da potencial relação entre a escassez hídrica e a propensão para o conflito e potenciar assim uma cooperação efectiva a este nível?

A pergunta que orientou este trabalho foi sendo explanada ao longo dos quatro capítulos desta dissertação, tendo sido, aos olhos do autor, respondida ao longo dos capítulos segundo (A problemática da escassez) e terceiro (A tríplice Água-Conflito-Cooperação). Neste âmbito, a resposta à interrogação sobre se os recursos hídricos constituem um pólo conflitual entre segmentos de populações de um Estado ou entre Estados, é afirmativa, sobretudo devido à sua escassez endémica no Médio Oriente.

Tal como aventado, o risco de conflito causado pela água, per se, deriva da contradição entre a crescente procura e as próprias dificuldades de adaptação da gestão dessa mesma procura, validando, de certa forma, a assumpção de Ohlsson quando este refere que “a água é um gatilho para o conflito, mas é uma razão para promover a paz”

(OHLSSON, Leif. 1999. "Water scarcity and Conflict". *In Studies in Contemporary History and Security Policy*).

Relativamente às questões derivadas decorrentes da pergunta de partida, cumpre referir as seguintes conclusões:

Derivadas 1 e 2 - No tocante à primeira e segunda questões derivadas, o autor sublinha que muito embora os recursos hídricos não sejam os totais responsáveis pela regionalização dos conflitos, conflitos entre Estados, particularmente na região do Médio Oriente, a água acaba por ser um factor que pode potenciar a eclosão de conflitos. Atestou-se ainda que, mesmo nos casos em que múltiplas entidades políticas partilham bacias hidrográficas, o espaço para a cooperação é muito limitado, seja por questões de interesses particulares de cada Estado seja por motivos de ordem histórica, que inviabilizam uma gestão partilhada dos recursos hídricos com expressão na região. Esta conclusão leva-nos à resposta esboçada à terceira questão derivada.

Derivada 3 - O cenário futuro que se nos afigura como mais provável é o de que os responsáveis políticos dos diferentes Estados da região continuem a privilegiar o interesse nacional e a ignorar as necessidades de populações estrangeiras ou minorias residentes no seu território, criando-se assim as condições para a prossecução de um clima de conflitualidade, não apenas político como também socioeconómico e até cultural, tendo como pano de fundo a escassez de um recurso essencial à sobrevivência humana e estatal.

Derivada 4 - Em face de quanto precede, a função e a influência das entidades multilaterais responsáveis pelo fomento da cooperação internacional ao nível da utilização equitativa conjunta dos recursos hídricos tem-se pautado por uma quase inexpressividade na região, que assim continua a ignorar a universalidade do direito ao acesso a água potável por parte do ser humano. Não obstante, existem alguns exemplos a tomar em consideração, apesar de constituírem ainda excepções, como é o caso do acordo bilateral entre Israel e a Jordânia no que se refere à partilha da bacia hidrográfica do Rio Jordão e às discussões entre Israel e a Síria relativamente aos Montes Golã. No outro extremo, ou seja, como exemplo das dificuldades à cooperação entre populações, estão os obstáculos inerentes ao conflito israelo-palestiniano, que inviabilizam qualquer tentativa de resolução do acesso equitativo aos recursos aquíferos.

Ao longo dos diversos capítulos que compõem este trabalho de investigação, procurou-se descrever a situação actual na região do Médio Oriente, tomando em

consideração não apenas a realidade dos recursos hídricos existentes como as tensões históricas entre populações de diferentes origens e os próprios Estados da zona.

Considerou-se pertinente sublinhar que, apesar da situação que actualmente se verifica no Médio Oriente em relação à problemática do stress hídrico, quando devidamente sensibilizados pelas instâncias internacionais, os Estados tendem a reconhecer que a cooperação é a solução e que é fundamental trabalhar em conjunto em termos de gestão partilhada de recursos. Tal é aplicável, por exemplo, a uma bacia hidrográfica que abrange múltiplos Estados, sendo desejável o envolvimento de organismos internacionais que possam potenciar projectos multilaterais, como é o caso do Banco Mundial.

Assim, apesar do espaço de actuação ser diminuto nesta região, condicionando fortemente as hipóteses de sucesso, não se pode excluir que no futuro, mesmo por imperativo de sobrevivência, alguns Estados da região aceitem envolver-se em processos de gestão conjunta de recursos hídricos, cuja escassez tende a agravar-se e não é compaginável com uma utilização insustentável.

Constituindo uma primeira abordagem desta temática, é convicção da autora de que seria desejável aprofundar a reflexão e os estudos científicos sobre a natureza dos conflitos futuros relacionados com recursos essenciais, como os hídricos, particularmente numa região tão conturbada e geopoliticamente relevante como a do Médio Oriente.

Bibliografia

ALLAN, Tony. (1999). "Israel and water in the framework of the Arab-Israeli conflict". Water Issues Group, Occasional paper 15. School of Oriental and African Studies.

Consultado em Janeiro de 2012:

<http://web.macam.ac.il/~arnon/Int-ME/water/OCC15.PDF>

ALLAN, Tony. (1999). "Water in international systems. A risk society analysis of regional problemsheds and global hydrologies". School of Oriental and African Studies.

Consultado em Janeiro de 2012:

<http://www.soas.ac.uk/water/publications/papers/file38365.pdf>

AL-WESHAH, Radwan. "A case study of a multi-lateral water negotiation: the Jordan river system". *Conflict Resolution, Vol. II*.

Consultado em Novembro de 2011:

<http://www.eolss.net/Sample-Chapters/C14/E1-40-04-09.pdf>

BLEIER, Ronald. (1994). "Israel's appropriation of Arab waters: an obstacle to peace". *Middle East Labor Bulletin*, Primavera.

Consultado em Outubro de 2011:

<http://desip.igc.org/TheftOfWater.html>

DAJANI, Muna (2011). "Dry Peace: Syria – Israel and the Water of the Golan". *International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence*. Pág. 3.

Consultado em Dezembro de 2011,

http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/4280~v~Dry_Peace_Syria_Israel_and_the_Water_of_the_Golan.pdf

DARWISH, Adel. (1994). "The next major conflict in the Middle East water wars".

Consultado em Novembro de 2011:

<http://www.dotandcalm.com/calm-archive/index/t-15910.html>

ISAAC, Jad. (1994). "Core issues of the Palestinian-Israeli water dispute". *Applied Research Institute Jerusalem*.

Consultado em Dezembro de 2011:

<http://www.nad-plo.org/userfiles/file/Reports/core.pdf>

ISAAC, Jad e Leonardo Hosh. (1992). “Roots of the water conflict in the Middle East”. *Applied Research Institute Jerusalem*.

Consultado em Dezembro de 2011:

<http://web.macam.ac.il/~arnon/Int-ME/water/Roots%20of%20the%20Water%20Conflict%20in%20the%20Middle%20East.htm>

GIORDANO, M. A. and WOLF, A. T. (2003). “Sharing waters: Post-Rio international water management”. *Natural Resources Forum*. 27: 163-171.

Consultado em Dezembro de 2011:

http://tbw.geo.orst.edu/publications/abst_docs/narf_051_Giordano.pdf

GLEICK, P.H. (1994). "Water, war, and peace in the Middle East." *Environment* Vol. 36, No. 3, pp.6-on. Heldref Publishers, Washington.

Consultado em Dezembro de 2011:

http://www.atmos.washington.edu/2006Q2/211/articles_optional/Water_War_Middle_East.pdf

GLEICK, P.H. (1998). "Water and conflict." (Uma cronologia).

Consultado em Novembro de 2011:

http://www.worldwater.org/conflict/cronologia_conflictos_agua_2008.pdf

MACQARRIE, Patrick. (2004). “Water security in the Middle East – growing conflict over development in the Euphrates-Tigris basin”.

Consultado em Janeiro de 2012:

http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/related_research/MacQuarrie2004.pdf

MEDZINI, A. and WOLF, A. T. (2004). “Towards a Middle East at Peace: Hidden Issues in Arab-Israeli Hydropolitics”. *Transboundary Waters Organisation Water, Resources Development*. 20 (2): 193-204.

Consultado em Janeiro de 2012:

[http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/Medzini_ & Wolf 04.pdf](http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/Medzini_&_Wolf_04.pdf)

NERINI, M. (2005). “*Water in the Jordan Basin – a key element of the peace process and future cooperation in the region*”. 133-138.

Consultado em Novembro de 2011:

<http://ressources.ciheam.org/om/pdf/a65/05002204.pdf>

OHLSSON, Leif. Vol II. *Water and Conflict* in Water and Development.

Consultado em Fevereiro de 2012:

<http://www.eolss.net/Sample-Chapters/C07/E2-24M-04-02.pdf>

OHLSSON, Leif (1999). “Water Scarcity and Conflict”. Pág. 211.

Consultado em Dezembro de 2011:

[http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123.](http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=123)

SCANION, John, Angela Cassar and Noémi Nemes. IUCN. “Water as a Human Right?” *Environmental Policy and Law Paper nr. 51*.

Consultado em Março de 2012:

<http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/EPLP-051.pdf>

SERAGELDIN, Ismail. (1999). “Of Water Wars”. *Frontline*, Volume 16 - Issue 9.

Consultado em Janeiro de 2012:

<http://www.frontlineonnet.com/fl1609/16090890.htm>

SIMONSON, Karin. (2003). *The global water crisis: NGO and civil society perspectives*.

STARR, Joyce R. (1991). “Water Wars”. *Foreign Policy* 82 (Primavera): 17-36.

Consultado em Dezembro de 2011:

<http://www.ciesin.columbia.edu/docs/006-304/006-304.html>

TOMÉ, Luís. (2010). “Segurança e complexo de segurança: conceitos operacionais”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, N.º 1, Outono 2010.

Consultado em Abril de 2012:

http://janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_voll_n1_art3.html

WOLF. A. (2000). “Hydrostrategic” territory: water, war and Arab-Israeli peace negotiations”. In H. Amery & A. Wolf (Eds) *Water in the Middle East: a geography of peace*, pág. 63-120 (Austin, TX: Imprensa da Universidade do Texas).

Consultado em Fevereiro de 2012:

<http://web.macam.ac.il/~arnon/Int-ME/water/CES%20Hydrostrategic%20.htm>

WOLF. A. (1996). “Middle East Water Conflicts and Directions for Conflict Resolution”. *International Food Policy Research Institute*.

Consultado em Março de 2012:

http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pnaby541.pdf

WOLF, A. T. (2007). “Shared Waters: Conflict and Cooperation”. *Annual Review of Environment and Resources*. 32: 3.1-3.29.

Consultado em Dezembro de 2011:

http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/wolf_2007_shared_water_s.pdf

WOLF, A. T., YOFFE, S. B., and GIORDANO, M. (2003). “International waters: identifying basins at risk”. *Water Policy*. 5 (1): 29-60

Consultado em Dezembro de 2011:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133306e.pdf>

YOFFE, Shira; WOLF, Aaron e GIORDANO, Mark. (2001). “Conflict and Cooperation Over International Freshwater Resources: Indicators and Findings of the Basins at Risk Project”. In YOFFE, Shira – “Basins At Risk: Conflict and Cooperation Over International Freshwater Resources”. *Tese de Doutorado*. 2001 [16 de Janeiro de 2007].

Consultado em Dezembro de 2011:

ftp://131.174.16.163/pub/toinesmits/Recommended_readings_IWRM_2009/Water_Conflict/2003YoffeConflict%20and%20cooperation%20over%20international.pdf

ZAVLASKY, Dan. (2000). “Definition of Israel’s water problem, or, water as a metaphor”.

Consultado em Janeiro de 2012:

<http://www.biu.ac.il/SOC/besa/water/zaslavsky.html>

Internet (sites específicos)

World Water Council – “The Right to Water – From Concept to Implementation”.

Consultado ao longo da investigação, 2011/2012:

http://worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/Library/Publications_and_reports/RightToWater_FinalText_Cover.pdf

World Resources Institute – Physical and Economic Water Scarcity. 2007 [5 de Maio de 2009].

Consultado ao longo da investigação 2011/2012:

<http://www.wri.org/map/physical-and-economic-water-scarcity>

Declaração do Milénio da Organização das Nações Unidas:

Consultado ao longo da investigação 2011/2012:

<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>

United Nations Global Issues:

Consultado ao longo da investigação 2011/2012:

<http://www.un.org/en/globalissues/water/>

United Nations Water:

Consultado ao longo da investigação 2011/2012:

<http://www.unwater.org/index.html>

THRALL Special Coverage Guide:

Consultado em dezembro de 2011:

<http://www.thrall.org/special/water.html>

International Journal of Water Resources Development:

Consultado ao longo da investigação 2011/2012:

<http://www.tandf.co.uk/journals/cijw>

Pacific Institute:

Consultado ao longo da investigação 2011/2012:

<http://www.worldwater.org/index.html>

Human Development Report 2006 – Beyond Scarcity: power, poverty and the global water crisis:

Consultado em Janeiro de 2011:

<http://hdr.undp.org/hdr2006/pdfs/report/HDR06-complete.pdf>

Banco Mundial:

Consultado ao longo da investigação 2011/2012:

<http://data.worldbank.org/>

CIA Factbook:

Consultado em Dezembro de 2011:

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

Waternet:

Consultado ao longo da investigação 2011/2012:

<http://www.waternet.be/>

World Resources Institute:

Consultado ao longo da investigação 2011/2012:

<http://www.wri.org/>

Transboundary Freshwater Dispute Database:

Consultado ao longo da investigação 2011/2012:

<http://www.transboundarywaters.orst.edu>

From Potential Conflict to Co-operation Project:

Consultado em Dezembro de 2011:

<http://www.unesco.org/water/wwap/pccp/index.shtml>

Atlas of International Freshwater Agreements, United Nations Environment Programme (UNEP) e Universidade Estatal de Óregão, 2002. PDF

Consultado em Novembro de 2011:

http://www.unep.org/publications/search/pub_details_s.asp?ID=115